



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

LUDIMILLA COELHO DOS SANTOS

**ESTUDO DOS NOMES DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE ORIGEM
INDÍGENA EM PORTO NACIONAL (TO)**

**Porto Nacional, TO
2023**

Ludimilla Coelho dos Santos

**Estudo dos nomes de estabelecimentos comerciais de origem indígena em Porto Nacional
(TO)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – *Campus* Universitário de Porto Nacional (TO) – como requisito à obtenção do grau de Mestre em Letras

Orientadora: Dr.^a Karylleila dos Santos Andrade

**Porto Nacional, TO
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S237e Santos, Ludimilla Coelho dos.
Estudo dos nomes de estabelecimentos comerciais de origem indígena em Porto Nacional-TO. / Ludimilla Coelho dos Santos. – Porto Nacional, TO, 2023.
96 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2023.
Orientadora : Karylleila dos Santos Andrade
1. Onomástica. 2. Toponímia Comercial. 3. Povos indígenas do Tocantins. 4. Porto Nacional. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ludimilla Coelho dos Santos

Estudo dos nomes de estabelecimentos comerciais de origem indígena em Porto Nacional
(TO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – *Campus* Universitário de Porto Nacional (TO) – como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, tendo sido aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade Klinger, UFT e UFNT

Profa. Dra. Maria do Socorro Coelho Vieira, UNIMONTES

Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque, UFNT

Profa. Dra. Greize Alves da Silva, UFT

*Dedico aos meus pais, Ivanir Coelho Furtado
e Edmilson dos Santos, que com muito carinho
e amor me incentivaram a chegar até “aqui”.*

“[...] A terra é azul se vista de cima, mas é multicolorida quando vista de perto. O azul da terra é feito de miríade de muitas cores. O azul da terra está somente na exterioridade do planeta” (GADOTTI, 1995, p. 26).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me concedido forças para alcançar este objetivo.

À minha orientadora, pelas preciosas orientações, pelo incentivo, parceria e compreensão durante a escrita desta dissertação.

À minha família e aos amigos, pelo o incentivo e compreensão, ao longo desta jornada.

Às professoras doutoras Maria do Socorro Vieira Coelho e Greize Alves da Silva, e ao professor doutor, Francisco Edviges Albuquerque, por aceitarem compor a banca deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal do Tocantins, *campus* de Porto Nacional.

À coordenação do Programa de Pós-graduação em Letras, pela organização e disposição em atender seus alunos.

Por fim, a todos que contribuíram, direta e indiretamente, com palavras de incentivo, força e encorajamento para que eu concluísse este processo.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é descrever e analisar a toponímia comercial de origem indígena em Porto Nacional, no Tocantins, sob o prisma dos estudos Onomásticos, área que integra a Lexicologia. Os objetivos específicos são: a) identificar os nomes comerciais de procedência indígena em Porto Nacional; b) conhecer a origem linguística dos nomes de origem indígena; c) discutir a influência dos nomes de origem indígena na formação da toponímia comercial em Porto Nacional; e, por fim, d) produzir fichas lexicográfico-toponímicas dos topônimos identificados. Para alcançar os objetivos, foi produzido um *corpus* a partir de documentos fornecidos pela Secretaria Municipal da Fazenda (Secretaria Municipal das Finanças) de Porto Nacional e pelo Sindicato dos Comerciantes (SECOM) do referido município, tendo como foco uma abordagem documental dos dados. Utilizou-se, como pressupostos teóricos e metodológicos estudos que versam sobre as áreas da Lexicologia, Onomástica, Toponímia e a Onionímia, a saber: Neves (1971); Guérios (1973); Sampaio (1987); Dick (1980); Biderman (1998, 2001); Seabra (2006), Andrade (2010), entre outros. Os dados revelaram uma forte influência do tupi na nomeação dos estabelecimentos comerciais, no entanto, não se verificou, para as escolhas desses nomes, a presença de topônimos referentes às línguas indígenas faladas no estado de Porto Nacional, onde o *corpus* foi recolhido. Infere-se, sobre isso, que a influência se deu pela expansão do tupi na região que hoje está situado o estado do Tocantins, principalmente na época das bandeiras – séculos XVIII e XIX. Além disso, foi possível identificar que a maioria dos topônimos fazem menção às cidades do estado do Tocantins, demarcando assim, a relação de pertencimento ao lugar em que o comerciante vive.

Palavras-chaves: Onomástica. Toponímia comercial. Indígenas. Porto Nacional.

ABSTRACT

The following work aims to describe and analyze indigenous commercial toponymy in Porto Nacional (Tocantins, Brazil) according to toponymic studies – a subarea of onomastics which studies names. It is also highlighted our specific goals: a) to identify commercial names used in Porto Nacional with indigenous origins, b) To know the indigenous linguistic origins of these names, c) to discuss their influence on commercial toponyms in Porto Nacional; and d) to create lexicographical-toponymic records of the identified toponyms. To achieve these goals a corpus based on files lent by Porto Nacional's mayoral office was used. Authors who wrote about Lexical Sciences, onomastics, toponymy and ononymy were compiled for theoretical analysis; them being Neves (1971); Guérios (1973); Sampaio (1987); Dick (1980); Biderman (1998, 2001); Seabra (2006); Andrade (2010); Cunha (2010) and others. The results led us to see a strong influence of tupi language on the data but no toponyms from indigenous people who live in Tocantins – from Macro-Jê branch – were seen. It can be inferred that this influence occurred by the tupi's expansion during the 18th and 19th century. During our research we also identified that most of the toponyms mention Tocantins' cities, lining off a sentiment of belonging regarding where a person lives.

Key-words: Onomastics. Commercial Toponyms. Tocantins' indigenous people. Porto Nacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – A Onomástica.....	18
Figura 2 – Transformação de uma lexia em lexema e topônimo.....	25
Figura 3 – Distribuição da população indígena por região no Brasil.....	31
Figura 4 – Povos indígenas do Tocantins.....	33
Figura 5 – Línguas indígenas do Tronco Macro-Jê.....	34
Figura 6 – Localização do território Xerente.....	35
Figura 7 – Localização da Reserva Indígena Krahô.....	37
Figura 8 – Plano das aldeias Krahô.....	38
Figura 9 – Localização do Território Indígena Apinajé.....	39
Figura 10 – Localização das terras do povo Iny.....	40
Figura 11 – Relação de empresas ativas de Porto Nacional.....	50
Figura 12 – Relatório de empresas de Porto Nacional do SECOM.....	50
Figura 13 – Percentual de topônimos comerciais de origem indígena em Porto Nacional.....	54
Figura 14 – Porto Nacional em 1956.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As taxonomias de natureza Física e Antropocultural.....	21
Quadro 2 – Classificação toponímica: Taxeonomia de natureza física.....	23
Quadro 3 – Classificação toponímica: Taxeonomia de natureza antropocultural	23
Quadro 4 – Evolução da população autodeclarada indígena nos censos 1991, 2000 e 2010 na região Norte do Brasil.....	31
Quadro 5 – Povos indígenas no estado do Tocantins.....	32
Quadro 6 – Ficha lexicográfica de Andrade (2010).....	51
Quadro 7 – Proposta de Ficha lexicográfico-toponímica de Ferreira (2019).....	52
Quadro 8 – Ficha lexicográfico-toponímica de nomes comerciais de origem indígena.....	52
Quadro 9 – Relação dos nomes comerciais de origem indígena.....	55
Quadro 10 – Relação de ocorrências das taxonomias identificadas.....	56
Quadro 11 – Classificação etimológica dos nomes de origem tupi.....	57
Quadro 12 – Ficha lexicográfico-toponímica: Bazar Tocantins.....	61
Quadro 13 – Ficha lexicográfico-toponímica: Ótica Araguaia.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCB	Código Civil Brasileiro
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
SEPLAN	Secretaria do Planejamento e Orçamento
CIMI	Conselho indigenista missionário
SECOM-PN	Sindicato dos Empregados no Comercio de Porto Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ASPECTOS RELATIVOS À ONOMÁSTICA E À TOPONÍMIA	17
2.1 Toponímia	19
2.2 Léxico toponímico.....	24
2.3 Toponímia Comercial.....	27
2.4 Toponímia indígena.....	30
2.4.1 Povo Xerente	35
2.4.2 Povo Krahô.....	37
2.4.3 Povo Apinajé	39
2.4.4 Povo Javaé, Karajá e Karajá-Xambioá.....	40
2.4.5 Povo Krahô-Canela	41
2.4.6 Povo Avá-Canoeiro	42
2.5 Breve reflexão sobre a toponímia indígena	44
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1 Levantamento bibliográfico.....	49
3.2 Levantamento documental.....	50
3.3 Apresentações dos dados.....	52
4 ANÁLISE DOS DADOS	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE – FICHAS LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

O ato de nomear está vinculado à atividade humana. Desde seu nascimento, o indivíduo inicia um ciclo de nomeação: primeiro, ele é registrado, ou seja, alguém lhe dá um nome, quase sempre motivado por algo (por exemplo, por gostos particulares dos responsáveis, homenagem a alguém, ou até pelo significado desse nome). Com seu desenvolvimento, ele passa a dar continuidade a este ciclo de nomeação: dá nome aos animais de estimação, aos brinquedos; apelida os amigos. Na vida adulta, tal atividade pode-se tornar mais socialmente relevante: nomeia seus próprios filhos, os frutos de seu trabalho – como é o caso dos nomes dos edifícios, das pesquisas científicas (como fórmulas, fósseis e teorias), ou de estabelecimentos comerciais uma pesquisa. Nos tempos mais antigos, quando muito do território do globo não era ainda mapeado, na medida em que esses locais eram acessados por estudiosos e desbravadores, seus aspectos geográficos eram nomeados, tais quais mares, rios, montanhas, agrupamento vegetativo etc.

Nessa perspectiva, observa-se que o ato da nomeação está vinculado aos aspectos sócio-históricos e culturais da realidade circundante aos sujeitos, sendo possível conhecer particularidades de um dado grupo cultural e linguístico a partir das nomenclaturas que criam. Responsável por esse tipo de estudo, a Onomástica, área integrante da Lexicologia, investiga os nomes próprios (de lugares e de pessoas) sob uma perspectiva linguística. Como assevera Dick (1980), essa vertente de estudos linguísticos se ramifica em duas áreas: a Toponímia, responsável pelo estudo dos nomes de lugares; e a Antroponímia, que estuda o conjunto dos nomes próprios de pessoas. Além dessas duas linhas de estudos, tem-se a Onionímia, cujo objeto compreende os nomes próprios de natureza comercial, como é o caso do presente estudo que, sob o prisma dos estudos onomásticos e suas vertentes, tem o objetivo geral de descrever e analisar os topônimos de origem indígena nos estabelecimentos comerciais na cidade de Porto Nacional.

Porto Nacional¹ é município centenário do estado do Tocantins, com 161 anos de emancipação política, formado por volta do sec. XVIII. A cidade fica localizada a 60

¹ Porto Nacional está localizado à leste da capital, Palmas, com uma distância de 60 km. Seu território possui cerca de 4. 434,680 km², com uma população estimada em, 53. 612 habitantes (IBGE, 2021). É a quarta cidade mais populosa do estado, perdendo apenas para Gurupi, Araguaína e Palmas (FERREIRA, 2019). Além disso, a cidade possui um clima tropical semiúmido, dividido entre chuvoso e seco, a vegetação predominante é o cerrado. É conhecida com a capital cultural do estado.

quilômetros da capital, Palmas (TO). A presença dos povos indígenas no Tocantins é expressiva, de modo que a contribuição da toponímia indígena na formação geográfica também o é. Atualmente são reconhecidos, no Tocantins, nove povos, sendo eles: Xerente, Krahô, Apinajé, Javaé, Karajá, Karajá-Xambioá, Krahô-Kanela e Avá-Canoeiro (SILVA, 2020), entre outros povos que lutam pelo o reconhecimento/demarcação de seu território. Tal presença reflete na relação de nomes de origem indígena encontrados em diversos segmentos da sociedade portuense. Tendo isso em vista, a hipótese deste trabalho parte do pressuposto de que os nomes de origem tupi são expressivos em relação a outras línguas e povos indígenas que estão localizados na região investigada. Para averiguar a hipótese e cumprir com o objetivo geral, delimitou-se os objetivos específicos:

- a) identificar os nomes comerciais de procedência indígena em Porto Nacional;
- b) conhecer a origem linguística dos nomes de origem indígena;
- c) discutir a influência dos nomes de origem indígena na formação da toponímia comercial em Porto Nacional; e, por fim,
- d) produzir fichas lexicográfico-toponímicas dos topônimos identificados.

Para geração de dados do trabalho, foi realizado um levantamento documental para basilar os dados da pesquisa. Tais documentos foram fornecidos pela Secretaria da Fazenda de Porto Nacional e pelo Sindicato dos Comerciantes de Porto Nacional, o que possibilitou constatar a presença de 21 topônimos comerciais de origem tupi no local investigado. Ao realizar uma busca em sites de teses de dissertações da CAPES, *Google Academy* e outras bases de pesquisas, identificou-se poucos trabalhos sobre esta temática (toponímia comercial), dentre eles Neves (1970); Souza (2005), Prado (2014), Alves (2017) e Lucas (2019). Vale ressaltar que o registro de um estabelecimento comercial detém a mesma notoriedade da nomeação de uma pessoa, pois envolve questões de natureza familiar e afetiva de quem o denomina, além disso, é necessário ser eficaz sob o prisma comercial e do marketing para atrair consumidores. O valor da nomenclatura desses estabelecimentos para a sociedade compreende uma das motivações que desencadearam este estudo, como forma de se promover um recorte histórico-social do povo portuense.

Além disso, realizar um trabalho acerca da toponímia indígena é reconhecer a significativa contribuição e influência cultural na formação da toponímia brasileira, como pondera Andrade (2010):

Todos representam, cultural e linguisticamente, uma soma de experiências históricas e sociais diversificadas, de elaborados saberes e criações, de arte, de misticismo, de músicas e conhecimentos originais, construídos ao longo de séculos. Cada um desses povos é dono de um universo cultural próprio. Na sua grande maioria, diante das dificuldades e mudanças político-sociais e culturais, procuram manter suas tradições e crenças, preservando sua identidade linguístico-cultural (ANDRADE, 2010, p. 22-23).

Assim relevância dos povos indígenas na constituição social do Tocantins, portanto, de Porto Nacional é outra justificativa. É possível acrescentar a isso, a importância do município para a pesquisadora, que reside no referido município, estabelecendo a representatividade na pesquisa. Um quarto aspecto que motiva e justifica esta investigação é a ausência de estudo no eixo desta temática (topônimos comerciais de origem indígena) e pela contribuição que este estudo pode proporcionar aos estudos onomásticos e ao Atlas Toponímico do Tocantins (ATT) por meio do *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins (ATITO)* (ANDRADE 2006; 2010)², promovendo a robustez desses estudos. Ademais, o trabalho é organizado, para além da introdução, em três capítulos. No primeiro (Seção 2), são apresentados os pressupostos teóricos que alicerçaram o desenvolvimento da pesquisa, perpassando pela conceituação teórica da Onomástica e da Toponímia; pelos aspectos teóricos sobre o léxico toponímico a toponímia comercial.

Além disso, a Seção 2 também trata dos aspectos históricos e teóricos acerca da toponímia indígena e o contexto das populações indígena brasileiras que são reconhecidas e encontradas no estado do Tocantins. Tais características são relativas à toponímia das populações indígenas tocantinenses e influenciam a toponímia indígena de Porto Nacional. No segundo capítulo (seção 3), são discutidos os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa, como a escolha da abordagem dos dados, o tipo de pesquisa e o levantamento de dados de natureza bibliográficas e documental. O terceiro capítulo (seção 4), é apresentada a análise dos dados: os resultados do

² O *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins (ATITO)* foi desenvolvido pela professora Dr^a. Karylleila dos Santos Andrade em sua tese de doutorado, sob a orientação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. A sua tese foi publicada em meados de 2006, mais tarde, foi lançada sua versão em formato de livro. Os objetivos de projeto foram: identificar, analisar e descrever os topônimos indígenas do Tocantins; bem como, investigar, observar o processo de formação e estrutural desses topônimos, a nível morfosintático e semântico-lexical, ademais, conhecer a influência dos rios Tocantins e Araguaia na formação da toponímia tocantinense. (ANDRADE, 2006).

levantamento acerca dos nomes de estabelecimentos comerciais de origem indígena em Porto Nacional, bem como, uma reflexão sobre a influência dos nomes de origem tupi na formação da toponímia brasileira. Por fim, nas Considerações finais, (Seção 5) estabeleceu-se algumas conclusões e reflexões acerca da pesquisa.

2 ASPECTOS RELATIVOS À ONOMÁSTICA E À TOPONÍMIA

Neste capítulo, é proposta uma reflexão acerca dos aspectos conceituais da Onomástica e, em seguida, sobre a Toponímia, envolvendo o processo de nomeação dos nomes de lugares. Posteriormente, são abordadas considerações correlatas à historicidade da Toponímia, trilhando sobre sua origem, enquanto disciplina e seus principais precursores. Também é delineado o caminho percorrido pela Toponímia no Brasil e a importante contribuição de Maria Vicentina do Amaral Dick para esta área de estudo. Em seguida, é abordado a questão da toponímia comercial, em um tópico dedicado à discussão da temática, desde a fase da escolha do nome, passando pela etapa jurídica, até o processo de consolidação do nome comercial. Por fim, abordamos sobre a Toponímia Indígena, frisando acerca de sua importância e sua influência nos nomes próprios de lugares.

Conforme Dick (1980), é sabido que a nomeação de lugares e de pessoas é uma atividade exercida desde o princípio da humanidade, revelando-se como uma atividade intrínseca ao ser humano. Por meio desse processo, é possível identificar, particularizar o ambiente batizado, já que elementos associativos ao lugar denominado, como a cultura, a economia e contexto sócio-histórico, são elementos que influenciam no processo designativo da realidade (DICK, 2006). Assim, o processo de nomeação reflete singularidades do ambiente envolvido, permitindo uma maior interação entre o homem e o espaço que o rodeia. Por isso, é possível destacar que:

[...] a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas (BIDERMAN, 1998, p.11).

A fim de identificar, localizar e pertencer a um determinado espaço geográfico, o homem ao atribuir nomes aos lugares, particulariza o espaço geográfico em que está inserido. Por meio desse exercício, é possível identificar elementos e características envolventes ao topônimo. O papel do topônimo não é apenas identificar/localizar, possibilita também apreciar a história, política, a cultura, a economia, crenças e atitudes de uma sociedade, pois o topônimo imprime todas essas características. Torna-se, assim, importante tratar, aqui, sobre aspectos conceituais da Onomástica. Dentro das ciências do léxico, a mencionada disciplina encontra-se atrelada à Lexicologia, sendo corpo

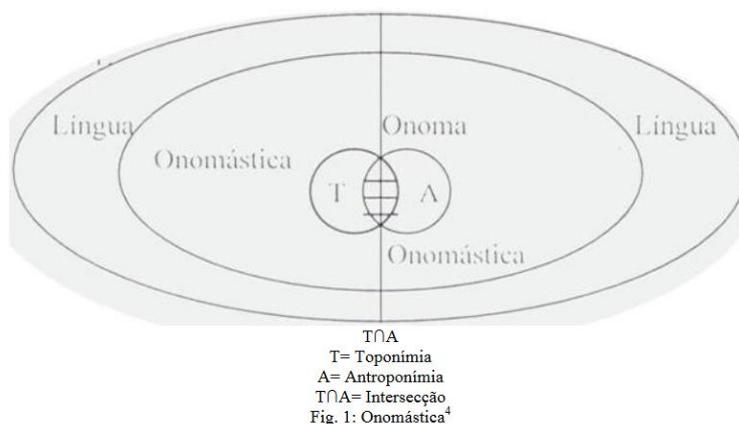
integrante cujo objetivo é estudar os nomes próprios. A Onomástica, como define é “o ramo da Glotologia que estuda os nomes próprios” (VASCONCELOS, 1931, p. 3) e se divide em duas áreas: Antroponímia (nomes de pessoas) e Toponímia (nomes de lugares) – “ambas se constituem de elementos linguísticos que conservam antigos estágios denominativos” (SEABRA, 2006b, p. 1953).

A Onomástica concentra-se em investigar os nomes próprios. Ao discutir o seu objeto de estudo, é importante refletir sobre sua principal área de estudo, a Toponímia, compreendida como o ramo da onomástica que se dedica em estudar os nomes próprios de lugares, como explica Seabra (2006b):

A Toponímia se integra à Onomástica como disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares. Constitui-se de enunciados linguísticos, formados por um universo transparente significante que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente (SEABRA, 2006b, p. 1953).

É possível observar a intersecção apontada por Seabra (2006a) por meio da esquematização elaborada Dick (1999):

Figura 1 – A Onomástica



Fonte: SEABRA (2006a) adaptado de DICK (1999).

Como complementa Dick (1980), a Toponímia e a Onomástica estão em uma relação de inclusão, assim, as duas disciplinas se complementam nos estudos dos nomes, se caracterizando, essencialmente por estudar os nomes de lugares, os topônimos, levando em consideração a origem do topônimo, os aspectos linguísticos, históricos, geográficos, motivacionais de um respectivo espaço geográfico.

2.1 Toponímia

A partir da ação de nomear, há uma troca interacional entre o homem e o ambiente que o sujeito se encontra. *A priori*, essa ação nasce a partir da necessidade de identificação ou de referencialidade do indivíduo em relação a um espaço geográfico específico. Ao considerar essas necessidades, cria-se o topônimo, o qual reflete aspectos culturais, sociais e a visão de mundo de um povo. Quando se fala sobre a Toponímia é importante conhecer sua gênese, como ela se fundou como disciplina, como se tornou um objeto de estudo. Por isso, abordaremos aspectos históricos desta disciplina.

A toponímia originou-se na Europa, especificamente na França, aproximadamente em 1878. Introduzida por Auguste Longnon, na *École Pratique des Hautes-Etudes* e no colégio de França. Mais tarde, após a aplicação do curso, pelo mencionado autor, por volta de 1912, seus alunos realizaram a primeira publicação da obra intitulada, *Les noms de lieu de la France*, considerada uma obra clássica para o conhecimento dos nomes de lugares (DICK, 1980). Segundo Dick (1980), Albert Dauzat foi uns dos principais precursores da toponímia, após a morte de Longnon, por volta de 1922, ele retomou e deu continuidade aos estudos onomásticos. Realizou publicações, como *Chronique de toponymie*, na qual elaborou uma bibliografia crítica de trabalhos já publicados. Em 1938, realizou o primeiro congresso internacional de Toponímia e Antroponímia, com a participação de 21 países, em que foi abordado sobre os aspectos metodológicos para orientação de pesquisas toponímicas.

Além da França, berço dos estudos toponímicos sob uma perspectiva linguística, como salienta Dick (1980), os Estados Unidos e Canadá também se dedicaram a investigar a etimologia, abrangendo várias categorias de nomes, como geográfico, pessoal, científico, comercial e popular, tendo como suporte a revista *Names*, publicação oficial da *American Name Society*. George Stewart foi um dos principais pesquisadores e autor de importantes obras no âmbito da Toponímia. Atualmente, os estudos Onomásticos continuam a se destacar no cenário externo, com associações, grupos de estudos, projetos em rede, por exemplo, destacamos: *American Name Society* (ANS) e o *International Council of Onomastic Sciences* (ICOS) . No Brasil, temos o *Observatório Onomástico* (O-Onoma), com vários membros filiados de diversas universidades do país.

Tratando dos estudos toponímicos no Brasil, é imprescindível destacar os teóricos que iniciaram os estudos da mencionada disciplina. Um dos primeiros a se destacar foi Teodoro Sampaio (1987), com a obra *O Tupi na Geografia Nacional*, na qual abordou sobre a língua do povo tupi. Tem-se, na sequência, Levy Cardoso (1961), com autoria da obra *Toponímia Brasília*, dedicando seus estudos sobre os topônimos brasílicos da Amazônia, centrando na lexicologia indígena, tornando-se um especialista no que versa o assunto mencionado, conforme afirma Dick (1980). Em seguida, encontra-se Agenor Lopes de Oliveira (1965), com a obra intitulada *Toponímia Carioca*. Ainda em 1965, Carlos Drumond publica a clássica obra: *Contribuições do Bororó à toponímia brasílica*, o autor realça a contribuição do povo bororo, concentrados na região centro-oeste do país, deixando uma riquíssima contribuição para os estudos da toponímia. Por fim, em 1967, a obra *Topônimos Amazonenses: nomes das cidades amazonenses, sua origem e significação*, escrita por Octaviano de Mello (1967), contribuiu acerca da origem e significação dos nomes das cidades do Amazonas.

Além dos autores citados, vale destacar a significativa e importante contribuição da professora Dra. Maria Vicentina do Amaral Dick para os estudos toponímicos no Brasil. Ela foi orientada pelo professor Dr. Carlos Drumond, em sua tese desenvolveu o trabalho com o seguinte título: *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxeonômicos* (DICK, 1980). Nela, a autora objetiva formular e aplicar uma taxinomia toponímica à nomenclatura geográfica de todo o país, salientando que o modelo taxeonômico³ se caracteriza como um objeto de trabalho que permitirá uma aferição mais precisa dos aspectos motivadores dos designativos geográficos, de maneira a suprir as demandas da pesquisa (DICK, 1980). A taxeonomia desenvolvida por Dick permite revelar a natureza do topônimo, podendo ser físico ou antropocultural. Assim, por exemplo, elementos ligados à figura vegetal ou mineral, são classificados como fitotopônimos e litotopônimos, como define Dick (1980).

Nesse sentido, o desenvolver de uma proposta teórico-metodológica por Dick (1980) tem consolidado a toponímia como integrante do rol da vertente da Lexicologia da Linguística brasileira (ISQUERDO, 2012). Atualmente, a pesquisa toponímica ramificou-se, possibilitando diferentes abordagens de estudos, como a toponímia relacionada ao ensino e pesquisas no campo das línguas de sinais Brasileira. No âmbito da toponímia e ensino verifica-se o trabalho de Nunes (2015) se propôs discutir em seu trabalho a

³ Vamos utilizar, neste estudo, 'taxonomia' no lugar de 'taxeonomia'.

natureza interdisciplinar da toponímia como ponte para o processo de ensino e aprendizagem e, para tanto, analisou o livro didático na perspectiva do estudo da toponímia. Nascimento (2017), em sua dissertação, abordou sobre a possibilidade de um *software* toponímico poder atender aos interesses dos professores no Ensino Fundamental, em especial, a disciplina de Geografia.

Reis (2019), durante o mestrado, desenvolveu um trabalho voltado a identificar como os nomes de lugares estão representados nas provas do Exame Nacional do ensino Médio (ENEM), e com isso propôs oficinas pedagógicas que abrangem a temática discutida. Tais trabalhos são evidenciados para fins de exemplificação. Já no âmbito das pesquisas toponímicas, voltadas para a língua de sinais brasileira, a pesquisa anunciadora dessa vertente foi a de Souza Júnior (2012 apud SOUSA; DARGEL, 2010), desenvolvida na Universidade de Brasília, discorrendo sobre as nomeações dos espaços geográficos urbanos por indivíduos surdos, usuários da Língua Brasileira de Sinais. Miranda e Andrade (2020), discutiram a toponímia em Libras, objetivando descrever e analisar os sinais dos municípios de Tocantins. Ainda no cenário de pesquisas em de Libras e Toponímia, vale destacar o trabalho que utilizou como aporte metodológico a ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004), com adaptações para atender às demandas das línguas visuais-espaciais (a Libras), conforme Sousa e Dargel (2020):

Sousa e Quadros (2019) apresentam proposta de ficha lexicográfico-toponímica para a catalogação dos dados toponímicos em línguas de sinais. Dessa forma, partem da ficha proposta por Dick (2004) e incluem dados de natureza visual, de modo a contemplar a estrutura da Libras. Sousa (2019) apresenta um software pedagógico para o trabalho com a toponímia por estudantes surdos. O produto valoriza as especificidades da cultura e da identidade do Povo Surdo (SOUSA; DARGEL, 2020, p. 13).

Diante disso, é possível depreender que os estudos toponímicos vêm crescendo significativamente no país, ramificando-se em outras abordagens que englobam os estudos dos toponímicos, como a toponímia e ensino e a Libras, principalmente no que tange aos trabalhos de monografias, dissertações e teses atreladas aos Programas de Pós-graduação nas áreas de Letras (PPGLEtras), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e do Programa em Linguística e Literatura (PPGLLIT), da Universidade Federal do Tocantins (UFNT).

Seguindo com o panorama histórico que aqui se estabelece, no processo construtivo do topônimo, as características físicas e antropoculturais do ambiente envolvido podem influenciar significativamente na escolha do nome de um lugar. Por

isso, é importante mencionar o conceito do duplo aspecto da motivação, difundido por Dick (1980), que faz referência, em primeiro lugar à intencionalidade motivacional do denominado na escolha do nome de um acidente geográfico, assim a motivação pode ser de ordem objetiva ou subjetiva; em segundo, refere-se à ordem semântica da denominação, pertencendo ao âmbito da significação.

Como pondera Dick (1980), o duplo aspecto da motivação do topônimo configura perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo da Toponímia influi na formação da taxonomia dos designativos geográficos. Nesse sentido, no que tange à motivação do nome, o topônimo é transpassado por diversas influências que se encontram no entorno do lugar denominado, como características internas e externas do ambiente que o rodeia. A taxonomia desenvolvida por Dick (1980), contribui na observação motivacional do topônimo, possibilita aferir possíveis causas motivadoras na escolha de um nome de lugar. Conforme a autora, as taxonomias devem ser interpretadas como um instrumento de trabalho que permitirá uma aferição objetiva de causas motivadoras dos designativos geográficos. A seguir, no Quadro 1, é apresentada a classificação toponímica difundida por Dick (1980):

Quadro 1 – As taxonomias de natureza Física e Antropocultural

Natureza Física	Natureza Antropocultural
Astrotopônimos	Animotopônimos/ nootopônimos
Cardinotopônimos	Antropotopônimos
Cromotopônimos	Axiotopônimos
Dimensiotopônimos	Corotopônimos
Fitotopônimos	Cronotopônimos
Geomorfotopônimos	Dirrematotopônimos
Hidrotopônimos	Ecotopônimos
Litotopônimos	Ergotopônimos
Meteorotopônimos	Etnotopônimos
Morfotopônimos	Hierotopônimos
Zootopônimos	Hagiotopônimos
	Historiotopônimos
	Numerotopônimos
	Poliotopônimos
	Sociotopônimos
	Somatotopônimos

Fonte: Dick (1980).

Quadro 2 – Classificação toponímica: Taxeonomia de natureza física

Taxeonomia de natureza física	
Descrição	Exemplos
Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral.	Rio da Estrela (ES) Saturno (ES)
Cardiotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral.	Praia do Leste (PR)
Cromotopônimos: topônimos relativos a escalas cromáticas.	Rio Branco (AM) Serra Azul (SP)
Dimensiotopônimos: topônimos relativos a características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura profundidade.	Ilha Comprida-AM Serra Curta-BA
Fitotopônimos: topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade ou em conjuntos da mesma espécie, ou de espécies diferentes, além de informações não espontâneas individuais ou em conjunto.	Arroio Pinheiro (RS) Serra da Caatinga (RN) Buriti do Tocantins (TO)
Geomorfotopônimos: topônimos relativos a formas topográficas: elevações, montanhas, montes, morro, colina, coxilha, depressões de terrenos – vales e baixadas, e as formações litorâneas – costa, cabo, angra, ilha e porto.	Angra dos Reis (RJ) Ilha Bela (SP) Chapada de Areia (TO)
Hidrotopônimos: Topônimos resultantes de acidentes hidrográficos: água, rio, córrego, ribeirão, braço e foz.	Córrego Novo (MG) Ribeirão Preto (SP) Rio: Riozinho (TO)
Litotopônimos: Topônimos de índole mineral e relativos também a constituições do solo, representados por indivíduos – barro, barreiro e ouro – conjuntos da mesma espécie ou de espécies diferentes.	Córrego Barreiro (AM) Arroio do Ouro (RS) Barrolândia (TO)
Meteorotopônimos: Topônimos relativos a fenômenos atmosféricos: vento, neve, chuva, trovão.	Cachoeira da Chuva (RO) Serra do Estrondo (TO)
Morfotopônimos: Topônimos que refletem os sentidos das formas geométricas.	Ilha Quadrada (RS) Lagoa Redonda (BA)
Zootopônimos: Topônimos de índole animal, sendo representada pelos animais domésticos, não domésticos e de mesma espécie.	Rio do Boi (MG) Praia da Tartaruga (TO)

Fonte: Dick (1980).

Quadro 3- Classificação Toponímica: Taxeonomia de natureza antropocultural

Taxeonomia de Natureza Antropocultural	
Descrição	Exemplos
Animotopônimos/ nootopônimos: Topônimos relativos à vida psíquica, a cultural espiritual, englobando todos os produtos, referente aos frutos do psíquico humano.	Vitória (CE) Triunfo (AC) Paraíso do Tocantins (TO)
Antropotopônimos: Topônimos relativos aos nomes próprios individuais: prenome, hipocorístico, prenome mais alcunha, apelidos de famílias e prenome mais apelidos de famílias.	Abel-MG Pedro Afonso (TO)
Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.	Presidente Prudente (SP) Bernardo Sayão (TO)
Coronotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.	Brasil (AM) Porto Alegre do Tocantins (TO) Filadélfia (TO)
Cronotopônimos: topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em toponímia, pelos adjetivos, novo/nova, velho/velha.	Rio Novo Mundo (GO) Nova Voçosa (BA)

	Nova Rosalândia (TO)
Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações de um modo geral.	Casa da Telha (BA) Sobrado (BA)
Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material.	Córrego da Flecha (MT) Relógio (PR)
Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos, isolados ou não.	Ilha do Francês (RJ) Xambioá (TO)
Dirrematotopônimos: topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos.	Há Mais Tempo (MA) Cachoeira Vai Quem Quer (TO)
Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana, etc.	Cristo Rei (PR) Alá (AM) Bom Jesus do Tocantins (TO)
Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes.	Rio 7 de Setembro (MT) Inconfidência-RJ
Hodotopônimos ou odotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana.	Córrego do Atalho (GO) Morada do Sol (TO)
Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais.	Duas Barras (BA) Dois Irmão do Tocantins (TO)
Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.	Rio da Cidade (RJ) Serra da Aldeia (PB) Ribeirão Adeia Grande (TO)
Sociotopônimos: Topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontros dos membros de uma comunidade (largo, praça, pátio).	Engenho Novo (MG) Pracinha (SP)
Somatotopônimos: topônimos empregados em relação metafórica à parte do corpo humano ou animal.	Pé de Galinha (BA) Pé do Morro (TO)

Fonte: Dick (1980).

Pelo exposto, observa-se, dentre outras coisas, que os estudos toponímicos são considerados importantes para conhecer a cosmovisão de um povo, pois os topônimos são testemunhos políticos e histórico-culturais de um determinado lugar, como por exemplo, as motivações na escolha do nome de um estabelecimento comercial. Andrade (2010), esclarece que o topônimo não é “algo estranho ou alheio ao contexto ambiental, histórico-político e cultural da comunidade. Ao contrário, reflete e retrata, de perto, a própria essência do ser social, caracterizado pela substância do conteúdo” (ANDRADE, 2010, p. 13).

2.2 Léxico toponímico

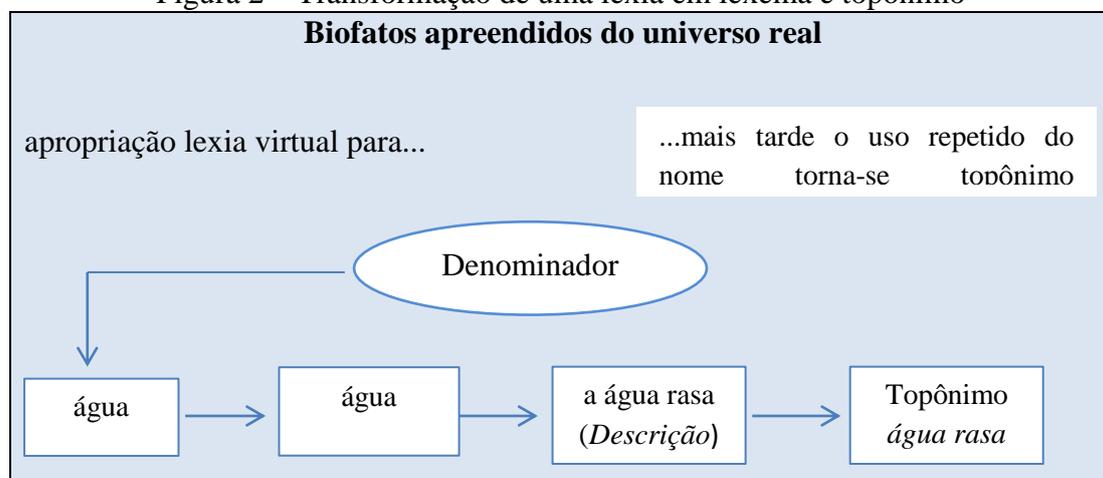
O léxico compreende o conjunto dos vocábulos de uma língua (SEABRA, 2006); é diverso e se apresenta um recorte histórico, cultural, crenças e valores de uma sociedade. Como esclarece Sapir (1969), “o léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como um complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade” (SAPIR, 1969, p. 45). Através

do léxico que se revela à percepção de mundo de uma sociedade, indicando os ideais, os interesses e a cultura de um povo. Desse modo, os estudos lexicais se revelam importantes por permitir conhecer a identidade de uma determinada comunidade linguística, levando em consideração os aspectos socioeconômicos e sócio-históricos que subjazem um meio social, porquanto, evidencia as vivências de um determinado grupo. Dessa forma, como pondera Seabra (2006b):

O léxico é [...] responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade. Transmitidos de geração a geração como *signos operacionais*, é através dos *nomes* que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de *crystalizar* conceitos (SEABRA, 2006b, p. 1953).

Assim, vale considerar que o topônimo está interligado ao léxico, visto que o ato de nomear rios, praias, vilas, estabelecimentos recorre ao léxico de uma língua. Conforme o esquema elaborado por Carvalhinhos (2003), abaixo (Figura 2), o qual bem descreve o processo evolutivo de um topônimo, a partir de uma lexia normal até se consolidar como um topônimo.

Figura 2 – Transformação de uma lexia em lexema e topônimo



Fonte: Carvalhinhos (2003).

De acordo com a explicação de Carvalhinhos (2003), é demonstrada uma transição de uma lexia virtual, no qual o denominador recorre ao léxico de sua língua para referenciar um determinado local, posteriormente, por meio das características externas do local (eixo motivacional), subsidia a construção/formação do topônimo: ‘água rasa’, ou seja, uma descrição do ambiente se tornou, conforme a sua cristalização na língua, o nome de um lugar. Dessa forma, o referente ‘água’ e ‘rasa’ é a entidade linguística correspondente, subsidiando como base motivacional para a formação do

topônimo. “Na construção do processo denominativo, a palavra incorpora o conceito dessa operação mental, cristalizando o nome e, assim, possibilitando a sua transmissão às gerações seguintes” (SEABRA, 2006b, p. 1954). Segundo Isquierdo (2012), “o topônimo perpetua-se e projeta-se no tempo, adquirindo autonomia e, conseqüentemente, não mais ficando à mercê do uso da unidade lexical que lhe deu origem na língua comum [...]” (ISQUERDO, (2012, p. 117), nesse raciocínio, deixa de ser uma simples unidade lexical ou referência e adquire independência, na forma de topônimo.

A atividade de nomear possibilita ao homem interagir com aspectos pertencentes ao ambiente natural e antropológico em que se encontra, conseqüentemente os aspectos vigentes no ambiente nomeado, contribui na motivação do topônimo. De acordo com Seabra (2006a),

Responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade, o léxico encontra-se arraigado à história, tradição e costumes de um povo, estando, por isso em constante processo de expansão, alteração e contração. Devido a essas características, é considerado o subsistema mais dinâmico da língua (SEABRA, 2006^a, p. 7).

O léxico expressa as marcas culturais, tradições, crenças e valores de uma dada sociedade, “cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e léxicas” (BIDERMAN, 1998, p. 80). Em vista disso, a língua é veículo de comunicação do homem, cooperando para expressão do indivíduo em relação ao mundo a sua volta, sendo o léxico testemunho da realidade de um povo, de uma cultura etc. Conforme salienta Biderman (2001):

O léxico se relaciona com o processo de nomeação e com a cognição da realidade [...]. [...] Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira do percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhança e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais (BIDERMAN, 2001, p. 13).

Depreende disso que a nomeação é uma das primeiras etapas vivenciadas pelo ser humano, primeiro ele é nomeado e, posteriormente, nomeia outros seres e objetos, assim sendo, por meio desse ato, a humanidade deu forma ao ambiente, construindo e simultaneamente revelando o arcabouço histórico e cultural do espaço que o circunda.

Por conseguinte, o léxico registra e é testemunho histórico, social e cultural de uma sociedade. Nele está englobado o repositório linguístico e não linguístico de uma comunidade. O processo de nomeação efetua-se mediante as impressões do homem acerca da realidade que o cerca, sendo assim, concretizada por meio da palavra, ligando, assim a língua às crenças, cultura, história, ações e reações do ser humano sobre o meio em que vive, como define Isquierdo (2012):

O léxico toponímico como as unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos; nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobrenaturais que são ressemantizadas com o fim precípua de nomear um lugar [...] (ISQUERDO, 2012, p. s/p).

Para tanto, o topônimo está entrelaçado ao repertório lexical de uma sociedade, isto é, pode ser compreendido como parte de um léxico toponímico, tendo em vista que a linguagem está imbricada na dimensão social de um determinado agrupamento humano, portanto o léxico e o topônimo mantêm uma relação indissociável de inclusão entre um e outro. Como aborda Carvalhinhos (2003), atualmente, os onomásticos no Brasil estão voltados a investigar a história social dos topônimos de uma determinada região, uma vez que o léxico toponímico é um indicador linguo-cultural, pois abarca a interrelação que se encontra entre língua, cultura e sociedade.

2.3 Toponímia Comercial

Será tratado agora a respeito da toponímia comercial, na qual este estudo se inclui, centrando acerca de aspectos conceituais, suas características e procedimentos legais. *A priori*, a toponímia comercial consiste em estudar os nomes de estabelecimentos comerciais, ou seja, aqueles que se encontram nas fachadas dos comércios de uma cidade. Sobre isso, Guérios (1973) traz em sua obra “Os estudos em homenagem a Cândido Jucá (filho)” o conceito de Onionímia ou Onomástica Industrial como apresenta o autor:

Em grego, “artigo comercial” é denominado de *oníon* ou *ónia*, e, em composição ónyma, “nome”, tem-se oniônimo. Todavia, poder-se-ia compor oniônoma, ónoma, o mesmo que onýma. Porém, para acompanhar os termos antroponímicos, topônimo, teônimo, zoônimo, astrônimo, etc., oniônimo (GUÉRIOS, 1973, p. 180).

Assim, a Onionímia é a disciplina responsável por estudar os nomes próprios de natureza comercial. Esse estudo “permite compreender quais fatores envolvem o

processo de nomeação de elementos comerciais, não somente os linguísticos, mas também aqueles que envolvem a cultura e o sistema de valores do nomeador” (PEREIRA, 2021, p. 131). A Onionímia integra-se ao escopo da Onomástica, disciplina responsável os nomes próprios, porém, nesta pesquisa, utilizamos a nomenclatura toponímia comercial para referir aos nomes próprios comerciais. É importante ressaltar que dentro dessa tipologia de nomes, há também nomes de marcas que são simultaneamente nomes de empresas como: *McDonald's*, *O Boticário*, *Gucci* e entre outras. Nesse sentido, os nomes comerciais, assim como os nomes de pessoas, possuem por objetivo a intenção de se diferenciar para obter destaque no meio comercial. Isto é, apesar de o topônimo comercial deter o mesmo valor dos demais topônimos, objetiva possuir sua própria identidade.

O nome comercial é responsável por carregar a identidade e o *marketing* do comércio, visa influenciar e atrair um público-alvo, de maneira que a escolha do nome é uma etapa importante para consolidação de uma empresa. Como assevera Neves (1971):

Estudando os desejos e os instintos básicos que influenciam o público em sua maneira de agir, o técnico de propaganda prepara, dentro de seus conhecimentos de Sociologia, de Psicologia, de Comunicação e, evidentemente de recursos visuais e auditivos, neles incluídos os signos linguísticos, uma mensagem que tenha apelo e ressonância para o maior número de possível de pessoas (NEVES, 1971, p. 25).

Portanto, a escolha do nome de um comércio revela ser uma atividade estratégica, não aleatória, a fim de ressoar positivamente o seu público-alvo. Na intenção de tornar o topônimo comercial diferente das demais empresas, o nome torna importante para o processo de identificação, referência e em especial, na captação de sua clientela, formando assim, a identidade da empresa, como pontua Mendes (2010):

Ao contrário do léxico da língua comum, em que se podem encontrar palavras “opacas”, ou melhor, “imotivadas”, os nomes próprios comerciais são, por excelência, “motivados” ou “transparentes”. O comerciante cria, geralmente, o nome de seu estabelecimento com o intuito de que esse topônimo comercial seja capaz de representar o lugar que denomina, atuando e influenciando sua clientela (MENDES *et al.*, 2010, p. 2).

Estudar sobre a denominação de nomes comerciais revela a escolha das palavras mediante as motivações do denominador, já que o uso do léxico de uma língua expressa singularidades de uma dada cultura: “o estudo dos nomes comerciais deve tornar-se cada vez mais relevante, pois os usos da língua são a expressão da própria cultura”

(MONTEIRO, 2002, p. 221 *apud* LUCAS, 2019, p. 56). Os nomes próprios de lugares ou comerciais proporcionam compreender que o lugar, além de ser um ambiente de veiculação humana, é um demarcador de memórias de um determinado período, pois o nome carrega, em si, lembranças, histórias do lugar que o circuncida, em especial “do próprio denominador que se alimenta das lembranças evocadas pelo nome” (LUCAS, 2019, p. 32). Levando em consideração à temática do trabalho – a toponímia comercial – é importante conhecer o nascimento do nome de um estabelecimento, o percurso transitado para que o registro do nome comercial de uma empresa aconteça, “assim como um pai batiza os seus filhos com os nomes que estão na moda, ou com aqueles que lhe interessam por algum motivo, principalmente por ordem familiar ou afetiva, também o comerciante cria seus neologismos dentro desses critérios” (NEVES, 1971, p. 30).

Verifica-se, assim, que esse processo é cuidadoso e possui importância, para posteriormente expô-los em uma faixa de um comércio. Sobre o processo de nomeação, o cuidado está exposto inclusive legislativamente. O *Código Civil Brasileiro* (CBB) (BRASIL, 2002) prevê em sua literalidade “que toda pessoa possui direito ao nome, nele compreendido o prenome e sobrenome” (BRASIL, 2002, art. 16). Além do direito ao nome, o CCB abrange a proteção ao nome, como a vedação ao desprezo público, a utilização sem autorização, também proteção ao pseudônimo, como é o caso de nomes artísticos – por exemplo, da dupla sertaneja, Chitãozinho & Xororó (nome artístico), cujos integrantes têm por nome de registro: José Lima Sobrinho e Durval Lima. A inclusão do nome no CBB parte do princípio da dignidade, da caracterização do indivíduo no seio de sua sociedade, no ambiente que ele vive, diferenciando e individualizando-se dos outros seres, possuindo valor único. Segundo o professor Spencer Vampré (1935), precursor do estudo do nome civil no Brasil, salienta que:

Quando pronunciamos, ou ouvimos um nome, transmitimos ou recebemos, um conjunto de sons, que desperta nosso espírito, e no de outrem, a ideia da pessoa indicada, com seus atributos físicos, morais, jurídicos, econômicos, etc. Por isso, é lícito afirmar que constitui o nome a mais simples, a mais geral e a mais prática forma de identificação (VAMPRÉ, 1935, p. 38)

Desse modo, depreende-se que para o autor o nome é uma forma de identificação e de referencialização do sujeito, pois o nome particulariza e torna cada pessoa única a sua maneira. Ao evocar o nome, ele é preenchido por aspectos subjetivos, como aspectos morais, os atributos físicos e socioeconômicos do sujeito, ou seja, o nome vai além de sua literalidade, nele são abarcados atributos que o

denominado acarta e reflete à sociedade. Por isso, o nome é um aspecto a ser resguardado pela lei. Assim como a pessoa física possui direito ao nome, a pessoa jurídica também goza dos mesmos direitos para efetuar suas atividades, assim como esclarece Bittar (*apud* Matos, 2018):

Fazem jus ao reconhecimento de atributos intrínsecos à sua essencialidade, como, por exemplo, os direitos ao nome, à marca, a símbolos e à honra. Nascem com o registro da pessoa jurídica, subsistem enquanto estiverem em atuação e terminam com a baixa do registro, respeitada a prevalência de certos efeitos posteriores, a exemplo do que ocorre com as pessoas físicas (BITTAR *apud* MATOS, 2018, p. 5).

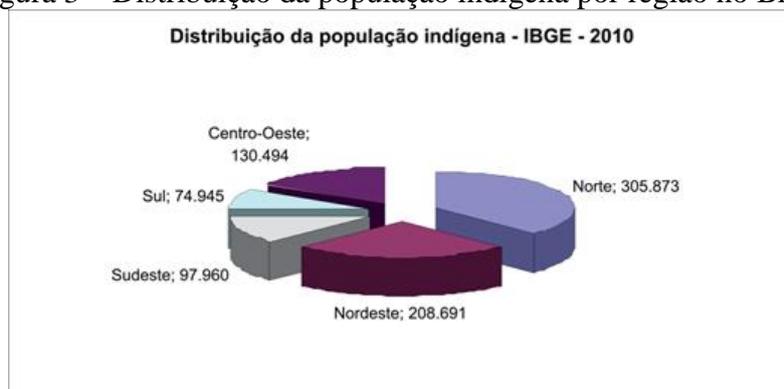
Ou seja, nome comercial ‘nasce’ e ‘morre’, assim como o da pessoa física. Em virtude disso, torna-se obrigatório, para o nascimento da empresa, seu cadastramento no Registro de Empresas (BRASIL 2002). No processo de registro do nome é necessário seguir alguns passos imprescindíveis para abrir uma empresa e para a escolha e para o registro do nome da empresa. Em seguida, vem à etapa do registro; somente depois a empresa passa a existir oficialmente. Tais passos são relevantes para evitar nomes idênticos ou semelhantes ao nome pretendido, sendo considerada uma fase obrigatória. Esse procedimento cautelar é relevante, pois “Não poderá haver colidência por identidade ou semelhança do nome empresarial com outro já protegido” (BRASIL 2002). Todo esse cuidado visa proteger o topônimo comercial, reafirmando sua social, sua unicidade – particularidades que o topônimo transporta em sua essência.

2.4 Toponímia indígena

Andrade (2006) argumenta que a história das populações indígenas no Brasil é marcada por invisibilidade, exploração, segregação, estereotipização de uma classe majoritária sob uma minoritária, regada por lutas e resistência até os dias atuais.

Conforme o *Censo Demográfico de 2010* (IBGE, 2012), o Brasil é composto por 896.917 mil indígenas. Desse total, 57,7 % residem em terras indígenas; e 42,3%, fora de terras indígenas (IBGE, 2012). Observa-se, também, um aumento significativo de populações indígenas nas regiões urbanas do país. A seguir é apresentado um gráfico em que evidencia a distribuição da população indígena por região no Brasil, segue:

Figura 3 – Distribuição da população indígena por região no Brasil



Fonte: FUNAI, 2013.

Segundo dados do IBGE (2010), na região Norte, vários fatores contribuíram para o aumento da população autodeclarada indígena: o crescimento vegetativo é um dos fatores principais desse aumento, seguido da melhoria da captação das informações com a ida efetiva dos recenseadores para às Terras Indígenas, apoiados pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), e de uma melhor declaração e reconhecimento das pessoas como indígenas. Vale destacar que, conforme a figura anterior, a região Norte é a que mais possui indígenas, sendo representado por 305.873 mil indivíduos, 34,4% do total geral brasileiro (FUNAI, 2013).

Quadro 4 – Evolução da população autodeclarada indígena nos censos 1991, 2000 e 2010 na região Norte do Brasil.

	1991	2000	2010
Região Norte	124.613	213.445	305.873
Rondônia	4.132	10.683	12.015
Acre	4.743	8.009	15.921
Amazonas	67.882	113.391	168.680
Roraima	23.426	28.128	49.637
Pará	16.132	37.681	39.081
Amapá	3.245	4.972	7.408
Tocantins	5.053	10.581	13.131

Fonte: ISA (2022)

No estado do Tocantins, conforme o último levantamento do IBGE de 2010, os povos indígenas representam uma população de aproximadamente 13 mil indígenas, sendo composto por nove etnias, sendo elas: Xerente, Krahô, Apinajé, Javaé, Karajá, Karajá-Xambioá, Krahô-Kanela e Avá-Canoeiro. Esses povos estão distribuídos em

diferentes localidades oficialmente reconhecidas e outras em processo de estudos⁴ ou declaradas⁵.

Os territórios indígenas do Tocantins, com seus respectivos povos originários, foram apropriados por não indígenas, através de uma ação sistemática articulada pelo Estado Nacional (REIS *et al*, 2022). Perante tais ações de apropriação de terras, foram inúmeras formas de extermínio, dentre elas estão: os aldeamentos, espaços que os indígenas eram controlados e impedidos de viver sua cultura; a contaminação proposital de doenças e o envenenamento das águas; por fim, os massacres (GOMES, 2010 *apud* REIS *et al*, 2022, p. 3). Em virtude dos fatos mencionados, as terras ocupadas atualmente pelos indígenas são diminutas, representa uma pequena parte do território de origem. Alguns territórios se encontram em processo de estudos para regularização de seus territórios, outros em situação regular e declarados, como mostra o quadro adaptado do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI, 2023). Vale frisar que a adaptação, realizada no referido quadro, foi devido ao fato do quadro original ter ficado ilegível no corpo do trabalho, assim. Não, entretanto, adaptação nos dados fornecidos. Segue o quadro abaixo:

Quadro 5 – Povos indígenas no estado do Tocantins

Município de abrangência (DSEI/TO)	Povos	População aldeada	Aldeia	Polo de Base Indígena-PBI
Formoso do Araguaia	Javaé, Ava Canoeiro, Karaja.	913	6	Polo Base Indígena de Formoso do Araguaia
Lagoa da Confusão	Krahô, Javaé, Krahô-Kanela, Karaja da Ilha.	676	8	Polo Base Indígena de Formoso do Araguaia
Araguaçu	Kanela.	4	1	Polo Base Indígena de Formoso do Araguaia
Sandolândia	Karaja da Ilha, Javaé.	271	2	Polo Base Indígena de Formoso do Araguaia
Pium	Ava Canoeiro, Javaé, Karaja da Ilha.	77	2	Polo Base Indígena de Formoso do Araguaia
	Total:	1.941	22	
Itacaja	Krahô	1192	19	Polo Base Indígena Itacajá
Goiatins	Krahô	1980	14	Polo Base Indígena

⁴ Segundo a FUNAI (2013), a fase de estudo é aquela em que são realizados os estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da área indígena.

⁵ Conforme a FUNAI (2013), ‘declarada’ é a fase em que o processo é submetido à apreciação do Ministro da Justiça, que decidirá sobre o tema e, caso entenda cabível, declarará os limites e determinará a demarcação física da referida área objeto do procedimento demarcatório, mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União.

				Itacajá
	Total:	3.172	33	
Goiatins	Krahô	687	8	Polo Base Indígena de Goiatins
	Total:	687	8	
Santa Fé do Araguaia	Karajá Xambioá,.	397	5	Polo Base Indígena de Santa Fé do Araguaia
Santa Maria das Barreiras (PA)	Karaja Santana e Javaé	56	2	Polo Base Indígena de Santa Fé do Araguaia
	Total:	453	7	
Tocantínia	Xerente	4.016	90	Polo Base Indígena de Tocantínia
Pedro Afonso	Xerente	37	4	Polo Base Indígena de Tocantínia
	Total:	4.080	94	
Tocantinópolis	Apinajé, Fulni-ô,	2.717	45	Polo Base Indígena de Tocantinópolis
Maurilândia	Apinajé	279	6	Polo Base Indígena de Tocantinópolis
Cachoeirinha	Apinajé	18	2	Polo Base Indígena de Tocantinópolis
São Bento	Fulni-ô	7	2	Polo Base Indígena de Tocantinópolis
	Total:	3.021	55	

Fonte: Adaptado do DSEI (2023).

O estado do Tocantins possui uma significativa concentração de povos indígenas, quase 40% dos indígenas estão localizados na região Norte. Levando em consideração o território nacional, há 57,68% da população autodeclarada indígena em território indígena (IBGE, 2012). Tal fator demonstra a necessidade do estado prestar apoio e garantir condições para que essas populações se mantenham em suas terras de origem, preservando sua cultura, costumes e língua, pois como versa à Constituição Federal (BRASIL, 1988), “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL 1988, art. 231), portanto o Estado tem dever autoproclamado de proteger e contribuir para preservação cultural dos povos indígenas. A seguir, o mapa desenhado por Daniel Rêj Kraho (2014) apresenta a localização das comunidades indígenas presentes no estado do Tocantins:

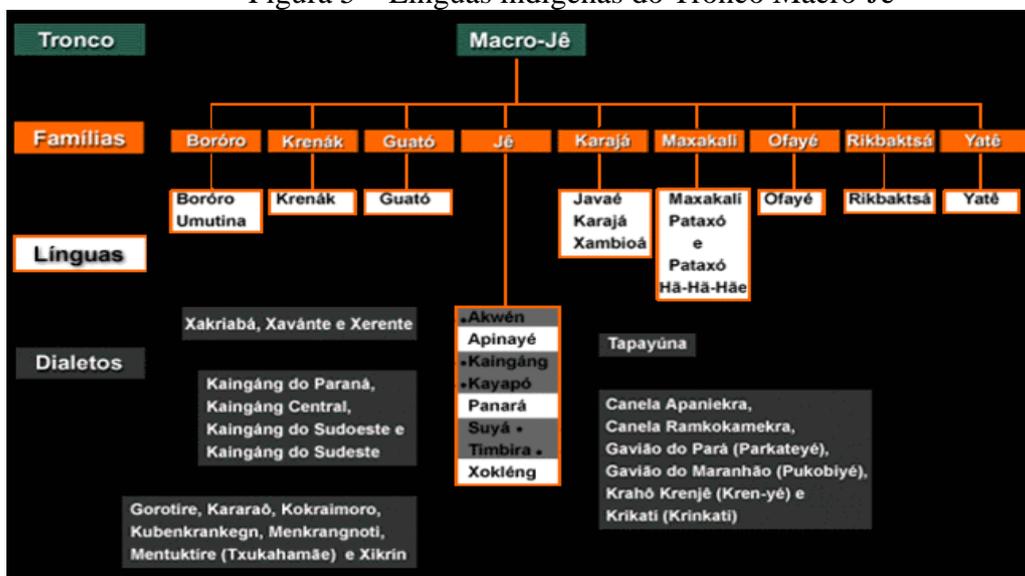
Figura 4 – Desenho Daniel Rêj Kraho Sobre os Povos Indígenas do Tocantins



Fonte: Albuquerque (2013).

Os povos indígenas do Tocantins pertencem ao Tronco Macro-Jê das famílias linguísticas indígenas, conforme figura a seguir:

Figura 5 – Línguas indígenas do Tronco Macro-Jê



Fonte: ISA (2019)

O tronco linguístico Macrô-Jê é uma das famílias linguísticas do leste Sul-americano. O referido tronco linguístico é um conjunto que compreende a língua de vários povos, “cuja maioria encontrava-se a leste do Brasil, indo desde o Sertão

nordestino até à Mata Atlântica na região sudeste, e diferentes partes do interior” (MIRANDA *et al.*, 2020, p. 16).

O Macro-Jê e sua família genética Jê possuem um caráter hipotético, ou seja, é uma hipótese em construção. Tal preceito existe por suas evidências lexicais serem poucas e as correspondências fonológicas ainda pouco elaboradas (RODRIGUES, 2018, p. 253). Em consonância a isso, reitera-se que há uma dificuldade para o trabalho comparativo, isso ocorre por várias famílias tidas como possíveis membros do tronco Macro-Jê foram extintas (RODRIGUES, 2018, p. 253). Como é possível observar na figura acima, o respectivo tronco é constituído por cinco famílias. O Jê é a maior família linguística, possui 27 línguas, o Bororo (duas línguas), Botocudo (uma língua), Karajá (três línguas), e Maxakalí (três línguas), como explica, (ABREU, 2012). Segundo Nikulin (2020):

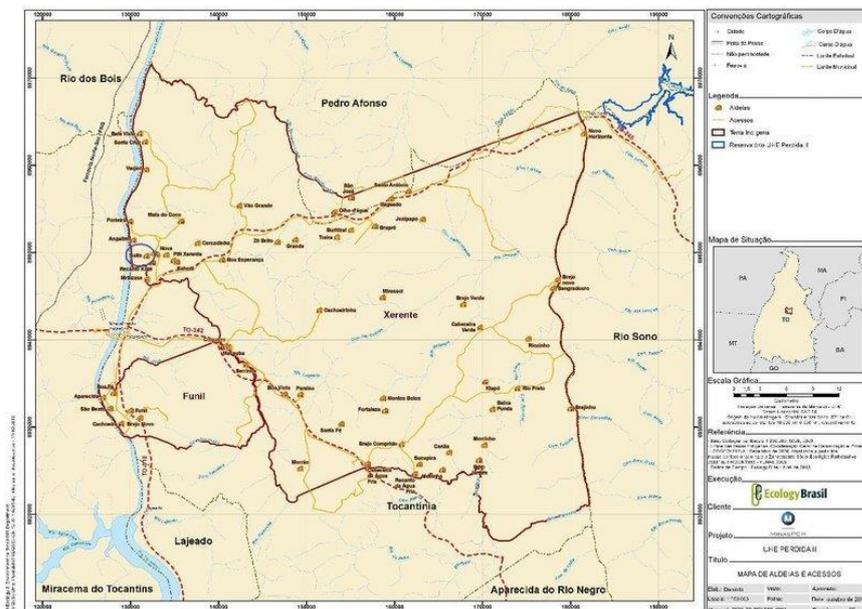
Os falantes das línguas Macro-Jê habitam uma vasta região que se estende, no eixo longitudinal, desde o litoral Atlântico até o Bosque Seco Chiquitano e o Rio Guaporé e, no eixo latitudinal, desde o baixo Tocantins até o norte do atual estado do Rio Grande do Sul (NIKULIN, 2020, p. 3).

Além desses aspectos, é preciso destacar que os povos indígenas, localizados no estado do Tocantins, estão distribuídos em vários municípios do estado, o que reflete nas toponímias indígenas dessas cidades. Para fins de contextualização, buscaremos descrever a história e as características pertencentes às principais comunidades indígenas do Estado.

2.4.1 Povo Xerente

O povo Xerente fica localizado à margem direita do rio Tocantins, nas proximidades de Tocantínia (região central no estado), aproximadamente, a 70 km da capital, Palmas. Sua autodenominação é Akwẽ, que significa indivíduo, gente importante, já para a sociedade majoritária são reconhecidos e denominados de Xerente, como citado pelo ISA (2021c). Na Figura 6, abaixo, é apresentada a localização do território Xerente.

Figura 6 – Localização do território Xerente.



A história do povo Xerente é marcada por uma forte relação com a sociedade dominante. Giralдин e Silva (2022), ao discutir a relação dos Xerente entre sociedade majoritária, destaca que essa se divide em duas fases. A primeira fase é marcada pela resistência do povo Xerente em não estabelecer relações com a sociedade envolvente, ressaltando o desejo da comunidade Xerente em defender, sobretudo, preservar seu território, sua população e preservar sua cultura. A segunda fase tem por característica o convívio com não indígenas. É marcada pela influência da cultura circundante, principalmente pela religião católica e pela absorção de traços culturais da sociedade majoritária. Em decorrência desse convívio mais estreito, nessa fase, a população indígena decresceu em questão. Entretanto, a comunidade sobrevive, e mantém parte de suas características culturais, conforme, ponderam Giralдин e Silva (2022):

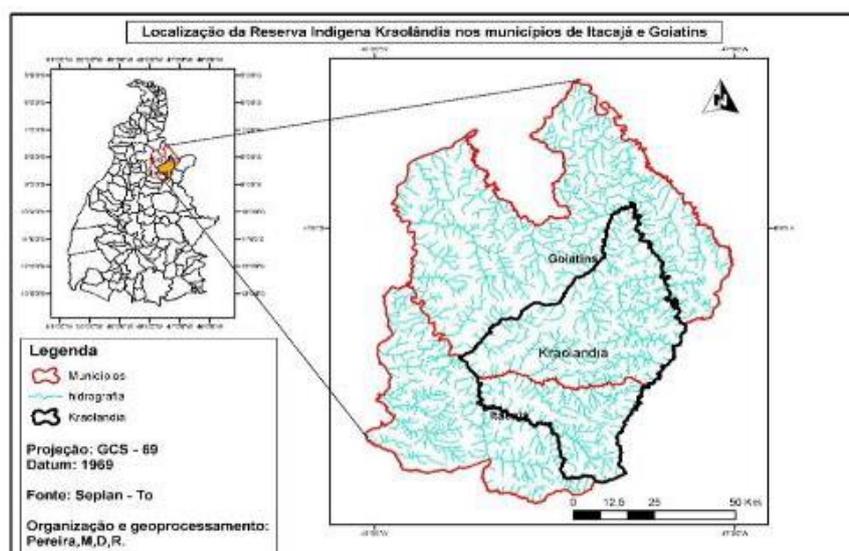
A existência dos atuais Xerente, no alvorecer do século XXI, no entanto, demonstra que eles mudaram, mas não abandonaram sua identidade: são Xerente. Esta identidade manifesta-se, sobretudo, pela manutenção da língua Akwen, pelo complexo sistema de metades e de clãs patrilineares, de classes de idades, de acervos de nomes pessoais e das cerimônias para sua transmissão, além de inúmeros cantos e pinturas associados tanto aos nomes quanto aos clãs (GIRALDIN; SILVA, 2022, p. 15).

Com isso, apesar de tamanha influência, devido ao contato e socialização com cultura majoritária, a história do povo Xerente reflete uma narrativa de resistência, pois não perderam sua identidade, sua cultura e costumes, especialmente a respeito da manutenção de sua língua, o Akwê. Para a população Xerente, preservar suas tradições é de grande valia, como demonstra o relato de Augusto Xerente, em uma entrevista prestada ao G1: “As tradições são a nossa identidade. Então, não pode. A primeira coisa é isso, preservar o nosso território” (AUGUSTO XERENTE, 2023 apud JORNAL NACIONAL, 2023).

2.4.2 Povo Krahô

O povo Krahô se autodenomina *Mehin*; seu idioma é a língua Timbira, família linguística Jê (ANDRADE, 2006). Sua comunidade está situada na região nordeste do estado do Tocantins, inserida no município de Goiatins, em terras homologadas pelo Decreto-Lei nº 99.062 de 07 de março de 1990. Abaixo, encontra-se a localização geográfica do referido povo:

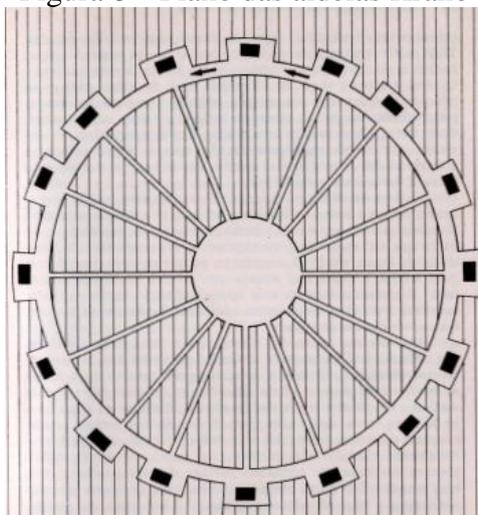
Figura 7 – Localização da Reserva Indígena Krahô



Fonte: Santos (2019).

A comunidade indígena Krahô, compreende um total de 33 comunidades indígenas, conforme os dados do DSEI (2023), situando-se em dois municípios do estado do Tocantins: Itacajá, onde há registro de 19 aldeias e em Goiatins, com 14 aldeias. “Todas as aldeias têm um pátio de forma circular em seu centro” (MELLATI, 1978, p. 32) e, no centro dessa arquitetura circular se reúnem para tomadas de decisões (SANTOS *et al*, 2016). Em seguida, na Figura 8, abaixo, é ilustrado o formato das comunidades Krahô:

Figura 8 – Plano das aldeias Krahô



Fonte: Melatti (1978).

O modo de subsistência dos Krahô é baseado na produção de mandioca, milho, arroz, feijão, fava, inhame, abóbora, entre outros, como podemos observar nas considerações de Melatti (2002):

E ali então pendurei a rede. A casa ficava no círculo da aldeia, ao lado da casa do chefe, Pedro Penon, que em troca de um tanto por semana me dava comida: carne de caça, quando havia, arroz, engrolado (uma farinha feita pela metade: coloca-se a massa de mandioca numa panela de ferro, e se mexe como para fazer farinha, mas serve-se ainda úmida, não seca, misturada como carne etc.) (MELATTI, 2002, 199).

Para complementar a alimentação de base, criam galinhas e porcos. Também são adeptos da atividade de caça (ABREU, 2012). Conforme Santos *et al* (2016), a mandioca é o principal ingrediente para o preparo do *paparuto* – importante e tradicional prato da culinária do povo Krahô, preparado a partir da mandioca ralada e pedaços de carnes, envolvidas na folha de bananeira. “Na maioria das festas fazemos o

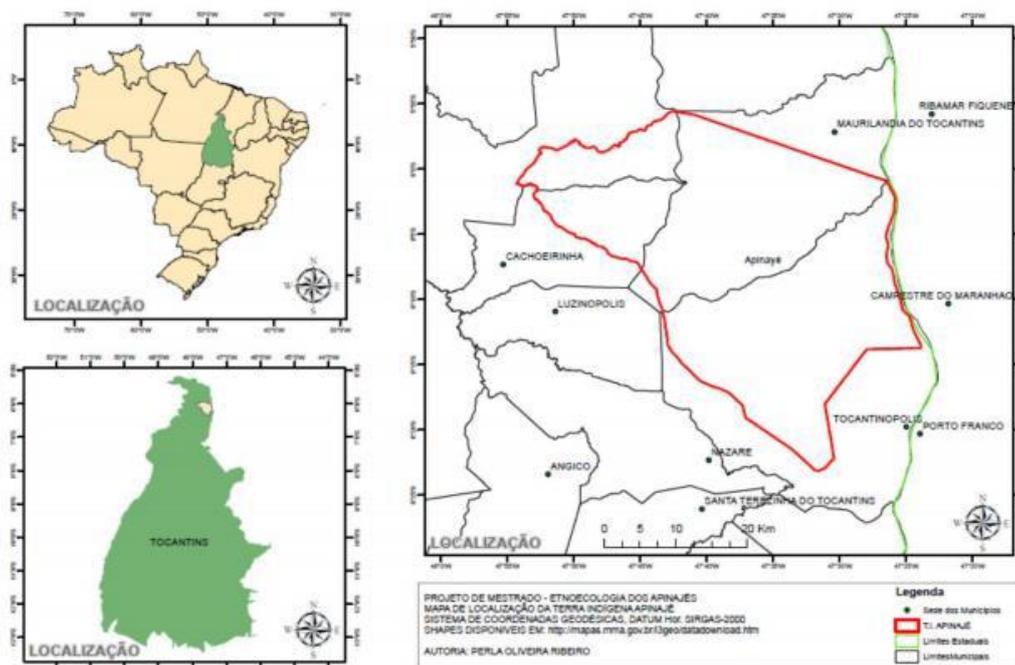
paparuto como, por exemplo: nas cerimônias de casamento, no nascimento do primeiro filho e nos términos de resguardos” (KRAHÔ *et al*, 2005, p. 11).

2.4.3 Povo Apinajé

A comunidade Apinajé ou Apinayé (autodenominado de *Pahi*) reside na região do Tocantins, nas confluências entre o Araguaia e Tocantins. A área indígena dos *Pahi* está localizada nos municípios de Maurilândia do Tocantins, Cachoeirinha do Tocantins e São Bento do Tocantins. Falam a língua apinajé e pertencem ao tronco linguístico Macro-jê e a família linguística Jê, (RODRIGUES, 1986 *apud* ANDRADE, 2006), além disso, são descendentes do grupo Timbira, de modo que “a língua do Apinayé forma um dialeto próprio da língua Timbira, nitidamente distinto do grupo de dialetos dos Timbiras do Leste do Tocantins e aproximando-se muito da língua dos Kayapó Sententrionais” (NIMUENDAJU, 1983, p. 7).

A comunidade indígena Apinajé está presente em três regiões do estado do Tocantins, a saber: Tocantinópolis, Maurilândia e Cachoeirinha. São compostas por mais de 300 habitantes (DSEI, 2023). Ademais, é conhecida por uma sofisticada organização social, composta por vários sistemas de metades cerimoniais e grupos rituais, além disso, aldeias populosas (ISA, 2021b). A imagem abaixo (Figura 9) demonstra a localização espacial do povo Apinajé;

Figura 9 – Localização do Território Indígena Apinajé



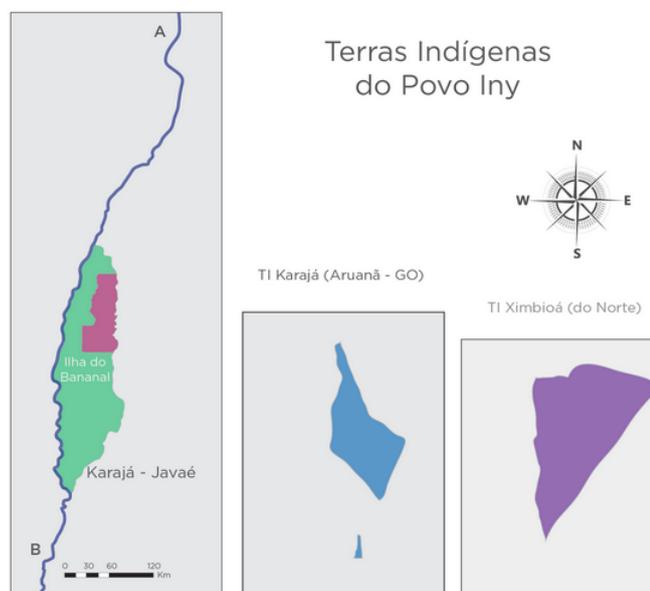
Fonte Ribeiro (2015) adaptado de Torres e Costa (2020).

A base de sobrevivência deste grupo é a agricultura de subsistência, voltada para manutenção alimentar da comunidade. A principal atividades é a caça, contudo as novas gerações estão recorrendo à criação de pequenos animais, como a galinha e porco (ISA, 2021b), devido à extinção e escassez de animais silvestres. Também há a coleta da amêndoa de babaçu: o óleo é extraído, e a palha é utilizada para fabricação de utensílios domésticos e cobertura de residências (BARBOSA, 2016). Ainda, Muniz (2017) destaca que esses povos comercializam o babaçu para contribuir em sua fonte de renda.

2.4.4 Povo Javaé, Karajá e Karajá-Xambioá

Os povos Javaé, Karajá e Karajá-Xambioá formam o grupo *Iny* (em português, ‘gente de boa’. A língua Karajá pertence ao Tronco Linguístico Macro-Jê, como enfatiza Rodrigues (1986 *apud* ANDRADE, 2006). Conforme explica Albuquerque (2013), tais povos falam a língua Karajá, dividida em três línguas, pertencentes a três comunidades distintas: aos Karajá, aos Javaé e aos Xambioá. A figura abaixo (Figura 10) apresenta a localização do grupo *Iny*:

Figura 10 – Localização das terras do povo Iny



Fonte: Costa (2018).

Os Javaé, Karajá e Karajá-Xambioá fazem parte de uma mesma cultura, porém há diferenças consideráveis entre eles:

Pode-se dizer que Karajá, Javaé e Xambioá possuem a mesma “cultura”, embora haja também diferenças consideráveis entre os três grupos. Tradicionalmente os Karajá habitam a porção ocidental da Ilha do Bananal, enquanto os Xambioá vivem no baixo rio Araguaia, distantes da Ilha do Bananal, sendo conhecidos como os “Karajás do norte”. Os Javaés costumavam viver no interior da ilha, ao longo do rio Javaés e de seus afluentes - este é o nome que o rio Araguaia toma ao contornar o lado oriental da Ilha do Bananal (RODRIGUES, 1999, p. 05 *apud* TOCANTINS, 2016, p. 34).

A diferença entre os três grupos se dá principalmente por pertencerem a espaços geográficas diferentes, ou seja, não se concentram na mesma comunidade indígena, sobretudo os Xambioá que vivem no baixo do rio Araguaia, distante da Ilha do Bananal, mais precisamente, em Santa Fé do Araguaia. Devido a conflitos com a população não-indígena, os Xambioá foram os mais afetados culturalmente, perdendo praticamente toda sua língua. Em contrapartida, os Javaé e Karajá auxiliam os Xambioá na revitalização de sua cultura, tradição e língua (ANDRADE, 2006).

2.4.5 Povo Krahô-Canela

A referida comunidade indígena originou-se na terra Mata Alagada, entre os rios Formoso e Javaé, hoje município de Lagoa da Confusão, a 300km da capital do estado, Palmas (ALBUQUERQUE, 2013). Em relação à língua, esses povos pertencem ao tronco Macro-Jê, da família linguística Jê (RODRIGUES, 1986 *apud* ANDRADE, 2006). Conforme Andrade (2006), a história dos Krahô-Canela é conhecida por uma extensa batalha por reivindicação a demarcação de terras, de modo que, por muitos anos, os Canela se encontravam numa situação de inconstância em relação a sua localização geográfica. De acordo com a Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN)⁶ no século XIX, viviam na região do rio das Balsas, no Maranhão (TOCANTINS, 2016). Em razão de grandes expansões no território de origem, resolveram migrar para o Tocantins.

No séc. XX, não obtiveram sucesso para se fixar por definitivo nas regiões compreendidas por: Serra do Carmo, Mumbuca e Atoleiro. Na década de 1960, se identificaram com a região denominada Mata Alagada, por ser um ambiente propício para sua cultura e sobrevivência: solo fértil e diversificação de recursos naturais para manutenção de vida. Porém, em 1977, foram expulsos da região, se espalhando e, portanto, se separado. Alguns foram remanejados pela FUNAI para a Ilha do Bananal, onde já residiam os Karajá e os Javaé. Diante de tais problemas, reivindicaram as terras do território de Mata Alagada. Por volta do ano de 2001, foi concedida a limiar de reintegração de posse, assim, garantindo aos povos Krahô-Kanela uma moradia estável, compatível com sua cultura (SEPLAN, 2016).

2.4.6 Povo Avá-Canoeiro

Os Avá-Canoeiro pertencem família linguística Tupi-guarani, do tronco Tupi. Se autodenominam *Ãwa* – palavra que, “como em outras línguas tupi-guarani, significa gente, pessoa, ser humano, homem adulto” (SILVA, 2005 *apud* ISA, 2023). Ainda em relação aos aspectos linguísticos, os Avá são divididos em dois grupos separados territorialmente – um pertence à região do médio Araguaia, e outro, ao alto rio Tocantins –, o que acarreta em diferenças linguísticas:

[...] Desde o momento em que uma comunidade se divide em duas, com conseqüente interrupção parcial ou total da comunicação entre os membros dos dois segmentos, começa a haver mudanças linguísticas descoincidentes

⁶ Em documento faz referência ao Diagnóstico da dinâmica social e econômica do estado do Tocantins

em cada um destes, as quais passam a caracterizar um processo diferencial crescente (RODRIGUES, 2011, p. 234).

Os Avá-Canoeiro – reconhecidos dessa forma por sua grande habilidade no manuseio de canoas – foram considerados os mais temidos, pois resistiam bravamente a dominação colonizadora e às políticas indigenistas do período, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), “preferiam a morte ao se render ao inimigo, por isso ficaram conhecidos pelo povo que mais resistiu o colonizador no Brasil central” (ISA, 2023, [s.p]). Conseqüentemente, estavam veementemente envolvidos em conflitos com a civilização dominante, tendo sido mencionados nos livros, documento, relatórios “como “ferozes”, “indomáveis”, “temíveis”, “arredios” e “avessos ao contato e ao processo catequético”, embora detentores de grande inteligência e sagacidade” (BORGES, 2002, p. 87 *apud* ISA, 2023, [s.p]). Por fim, eram estratégicos, interrompiam comunicação entre comunidades próximas e resistiam fortemente a se permanecer autônomos, sem relação pacífica com os exploradores.

Sobre a tradição dos povos Avá-Canoeiro, a Onomástica ocorre como forma de perpetuar suas antigas tradições: ao longo da vida de um indivíduo, ocorre a troca de nomes, principalmente os homens, processo imbricado aos povos Tupi-guarani (ISA, 2023). Além disso, os nomes dos que nasceram após o contato interétnico, são os mesmos dos antepassados que morreram em conflitos.

O processo de nomeação dos Avá-Canoeiro do Araguaia indica, no mínimo, uma profunda consciência histórica e política do grupo, que está sendo transmitida para as novas gerações. Além de reproduzir padrões culturais antigos, indica também uma forma de se recriar e perpetuar a identidade *Ãwa* no novo contexto de opressão e casamentos interétnicos, atualizando o vínculo dos novos Avá-Canoeiro com seus parentes vivos e com seus antepassados. Pode ser vista também como uma forma de memória do passado que não deve ser esquecido, de homenagem e ligação afetiva com os mortos ou de reconhecimento do seu sofrimento e importância para o grupo (ISA, 2023, [s.p]).

Na perpetuação da tradição – preservar memórias por meio do nome – verifica-se resiliência e resistência diante de um histórico carregado de conflitos, demonstra ainda respeito e reparo histórico para com seus antepassados que morreram em batalhas. Além da violência física, houve também violência simbólica, pois, seus verdadeiros nomes não foram registrados, gerando o desejo da retificação dos documentos oficiais, onde apelidos, nomes errados, pejorativos ou de outras línguas, além de genealogias

incorretas foram registrados como nomes próprios à revelia de seus portadores (ISA, 2003).

Mediante o exposto, sobre as comunidades indígenas apresentadas e que integram o território tocantinense observa-se o histórico de luta, preservação e resgate da dos elementos culturais, dentre eles, os relativos à as línguas, abaladas e em muito caso perdidas durante o extenso processo exploratório que atingiu esses povos. Faz se importante mencionar a *Carta de Belém das línguas dos povos indígenas do Brasil* (2022, p. 1)⁷, que contou com assinatura de indígenas, os líderes, os governantes e organizações governamentais e não governamentais em favor da manutenção, do fortalecimento, da revitalização, da retomada das línguas indígenas. Fomentar a preservação das línguas indígenas é uma alternativa para frear o desequilíbrio global que impacta diretamente a vida dos seres vivos do planeta. Sobre isso, a *Carta* apresenta que:

Diante das ameaças às culturas e línguas indígenas, precisamos incorporar a luta em defesa das línguas indígenas à luta em defesa e demarcação dos nossos territórios originários, pois as línguas indígenas não estão dissociadas do território, das espiritualidades, do bem-estar dos seus falantes; as línguas indígenas são a memória do nosso povo, que guia e nos orienta através dos nossos ancestrais; as línguas indígenas expressam conhecimentos milenares, resistência, história e nossas culturas (CARTA DE BELÉM DAS LÍNGUAS DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2022, p. 1).

Tais discussões são imprescindíveis para contribuir com a manutenção da cultura, sobretudo o fortalecimento das línguas dos povos indígenas. É por meio da língua que é possível resgatar a ancestralidade, a cultura, a memória, a história e a espiritualidade dos povos originários.

2.5 Breve reflexão sobre a toponímia indígena

Ao examinar o léxico da língua portuguesa nos deparamos com inúmeras denominações provenientes do tupi que tornam evidente a contribuição das línguas indígenas para designação de espaços geográficos, como assevera Cardoso (1961): “não há dúvida, positivamente, que a língua tupi foi a que mais influenciou, não só no vocabulário do português do Brasil como, talvez ainda mais, na toponímia brasileira” (CARDOSO,

⁷ A Carta de Belém das línguas indígenas dos povos indígenas do Brasil foi 2º Seminário Internacional – Viva língua Viva, fomentado pela UNESCO para se reunirem na década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032).

1961, p. 17). Em face disso, depreende-se, consideravelmente, a contribuição dos designativos de origem indígena, sobretudo de procedência tupi na composição da toponímia brasileira.

Falar sobre a toponímia indígena no Brasil é relembrar brevemente a chegada dos portugueses ao Brasil. Como marcação de território, umas das primeiras atividades dos membros da frota cabralina foi renomear os lugares, em um movimento de batismo, como se o território não fosse de fato habitado, desconsiderando a existência das inúmeras sociedades indígenas que já integravam o (que ainda não era) Brasil, mesmo após se deparar com tal população. No ato de nomeação,

[...] os portugueses eram o novo Adão. A cada lugar conferiram um nome — atividade propriamente adâmica — e a sucessão de nomes era também a crônica de uma gênese que se confundia com a mesma viagem. A cada lugar, o nome do santo do dia: Todos os Santos, São Sebastião, Monte Pascoal. Antes de se batizarem os gentios, batizou-se a terra encontrada (CUNHA, 1992, p. 9).

Verifica-se, assim, processo de apagamento da memória do outro, através do qual a demarcação de território por parte do povo português se vincula à conquista e a dominação, ao começar pelo nome. O “Brasil foi simbolicamente criado. Assim, apenas nomeando-o, se tomou posse dele, como se fora virgem” (CUNHA, 1992, p. 9). Ao atribuir novos nomes aos lugares, há uma demarcação de pertencimento, de posse e, por fim, de superioridade com relação ao outro, de modo que a colonização se torna marcada pela luta de classes, oposição ideológica entre grupos dominantes – o branco europeu – e dominados – o indígena –, etnicamente relacionada. Essa oposição se encontra expressa na língua, inicialmente pela nomeação portuguesa no território brasileiro, um procedimento considerado por Dick (1980) como uma superposição toponímica, em que ocorre a mudança de nome de um lugar em virtude de uma invasão territorial de outros povos, e que simbolicamente significa uma forma de demarcar poder sobre o território.

Apesar disso, ao olhar o arcabouço histórico do Brasil, infere-se que o colonizador obteve total sucesso ao tentar apagar a influência indígena na sociedade brasileira, no que tange o âmbito linguístico e cultural. Desse modo, temos o país multicultural, sobretudo, por inúmeras sociedades indígenas que formaram e formam o país, corroborando para formação de um território miscigenado, composto por diferentes povos, raças e etnias, especialmente por uma composição de europeus, africanos e indígenas. Nesse prisma, “a formação etno-histórica do Brasil acusa a

existência de estratos populacionais diversos como os ameríndios, distribuídos em vários troncos e famílias, os portugueses, os africanos e os de procedência estrangeira” (DICK, 1992, 81).

Tal feito não pode ser atribuído somente aos povos indígenas que aqui estavam, mas também aos colonizadores pela expansão do tupi na geografia brasileira, visto que a dominação não somente se deu pela escravização ou pelas chibatas, mas principalmente pela língua. Durante o desbravamento do território, os colonizadores precisavam da ajuda da população local e, portanto, tiveram que aprender sua língua. A origem de muitos nomes relativos à rios, florestas e serras (por exemplo) em tupi já aí reside. Como salienta Drumond (1965), os acidentes geográficos, de origem tupi-guarani, não foram dados, propriamente pelo indígena, mas pelo colonizador. Além disso, a propagação do tupi deu-se, consideravelmente pela catequese (SAMPAIO, 1987). O processo de catequização dos indígenas demandou o aprendizado do tupi pelos jesuítas, evidencia a língua como um poderoso instrumento de poder e dominação

Concomitantemente, a nomeação funciona como um instrumento de sistematização que possibilita ao indivíduo organizar o ambiente em que ele está estabelecido, com a finalidade de socialização, localização, afetividade e, conseqüentemente, de conhecimento e pertencimento à realidade que o circuncida. Esse processo é essencialmente motivado pelas características físicas do ambiente denominado. É definido por Dick (1980) como descritivo puro. Sobre o procedimento indígena de nomeação, principalmente de origem tupi, Mário Arnaud Sampaio (1987 *apud* SILVA; ISQUERDO, 2017) destaca que:

O indígena fazia uso, globalmente, de elementos descritivos do seu ambiente e [...] não apenas dos descritivos puros, mas também dos descritivos associativos porque é portador de uma visão prática e objetiva [...]. Assim, os diversos sistemas toponímicos apresentam expressões que significam, em seu universo onomástico, o mesmo fato, ou traduzem uma condição semelhante (SAMPAIO, 1987, p. 8 *apud* SILVA; ISQUERDO, 2017, p. 1293).

Os indígenas partiam de uma visão objetiva para designar nomes de lugares, se inspiravam em aspectos físicos do espaço que o rodeia, ou seja, o próprio ambiente era motivação. A esse respeito, Cardoso (1961) realça a admirável precisão dos indígenas ao denominar espaços geográficos. A título de exemplificação, o topônimo ‘Piracicaba’ significa colheita ou tomada de peixe. O referido nome se aplica a um lugar que, por acidente natural do leito do rio, não deixa o peixe passar e favorecer a pesca (SAMPAIO, 1987, p. 301). Assim, os topônimos de natureza física estão intimamente

interligados na construção dos topônimos de base indígena, em especial aos que remetem sua relação com ambiente que o rodeiam, como elementos da fauna e a flora, se destacando os designativos categorizados de zootopônimos e fitotopônimos (respectivamente).

Para tanto, ao considerar a contribuição do tupi na formação linguística brasileira, como detalha Rodrigues (2002) “numa amostra de pouco mais de mil nomes brasileiros populares de aves, um terço, cerca de 350 nomes, são oriundos do tupi” (RODRIGUES, 2002, p. 21); igualmente, “numa amostra de 550 nomes populares de peixe, quase a metade (225 ou 46%)” é de origem da mesma língua (RODRIGUES, 2002, p. 21). É possível ainda afirmar a notável influência nos designativos de acidentes geográficos de origem tupi na formação da toponímia brasileira, destaca uma valorização da língua para a sociedade. Como salienta Sampaio (1987), há uma predileção pelos nomes indígenas na designação de espaços geográficos, aos poucos a toponímia primitiva vai se restaurando às novas localidades, e dando preferência aos nomes de origem tupi.

Pelo exposto, neste primeiro capítulo, verifica-se que a predominância da toponímia indígena para constituição da toponímia brasileira justifica a importância de estudá-la com mais atenção. Para Dick (1980), “o léxico tupi deixou uma gama de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada” (DICK, 1980, 49). Falar sobre toponímia indígena é considerar a significativa influência do tupi na toponímia do país, difundida e expandida, principalmente pelos colonizadores europeus, os bandeirantes, não pelo indígena que habitava as terras (SAMPAIO, 1987). Ademais, é possível caracterizar a concepção de um Brasil de monolíngue como uma marca do apagamento da língua indígena: no limiar do século XXI, ainda é bastante difundida a ideia de que o Brasil é um país monolíngue e de cultura única” (SEKI, 2000, p. 234 *apud* SILVA, 2020, p. 86), fato esse que não corresponde à realidade sendo, o país preenchido por uma diversidade de povos e etnias. Tal aspecto encontra-se refletido nos topônimos que banham o país, reafirmando um país plural em diversidade cultural e linguística.

Foi feito, ao longo do capítulo, um recenseamento teórico acerca da Toponímia, bem como o histórico a respeito dos povos indígenas do estado do Tocantins (em que o corpus de análise dessa pesquisa se encontra) e a relação desses ao léxico do país. Na sequência, trataremos dos procedimentos metodológicos empregados ao trabalho, para

que posteriormente, a análise da toponímia comercial de origem indígena em Porto Nacional possa ser empreendida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme mencionado, o presente capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados para que a descrição e análise da toponímia comercial de origem indígena em Porto Nacional pudesse ser feita. Assim, o trabalho corrobora para o conhecimento da realidade histórica e geográfica do ambiente estudado. Dessa forma, os procedimentos metodológicos ocorreram em etapas: levantamento bibliográfico, levantamento documental e apresentação dos dados. Essas etapas serão descritas nos próximos subitens deste capítulo.

3.1 Levantamento bibliográfico

Ao fazer uma pesquisa científica, pressupõe-se que tal estudo adotará por uma abordagem teórica, sendo necessário fazer um procedimento de levantamento bibliográfico que norteiará as demandas do trabalho. Nesse escopo, são reunidos todos os teóricos e materiais que possam contribuir para o andamento do estudo, levando em consideração diferentes pontos de vista sobre a temática em questão. Como assevera Lakatos e Marconi (2003), o levantamento bibliográfico vai além de uma repetição do que já foi dito sobre um assunto, permite um novo olhar ou abordagem sobre o tema, proporcionando uma análise sob diferentes ângulos sobre o estudo, já que

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua formalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

A fundamentação teórica aqui abarcada, baseou-se nos principais autores que norteiam a Lexicologia, Onomástica e Toponímia e Onionímia, entre outras, dentre eles: Andrade (2006; 2010); Neves (1971); Guérios (1973); Sampaio (1987); Dick (1980); Biderman (1998, 2001); Seabra (2006) etc.

3.2 Levantamento documental

No contexto da pesquisa toponímica, é recorrente serem desenvolvidas pesquisas de cunho documental, ou seja, trabalhos em que são analisados dados e informações ainda não foram tratados científica ou analiticamente – as chamadas fontes primárias – e que podem trazer informações qualitativas. São exemplos de fontes primárias: mapas geográficos, correspondências ou diário, relatórios públicos e afins. Figueiredo (2007) reitera que

O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo como interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007 apud SÁ-SILVA J; ALMEIDA C; GUINDANI J. 2009, p. 5).

Para o andamento e concretização do estudo aqui desenvolvido, foi necessário buscar uma relação de nomes dos comércios de Porto Nacional, em vista disso, foram conseguidos os seguintes passos:

- a) Seleção de possíveis secretárias e órgãos públicos que poderiam fornecer materiais para o andamento da pesquisa;
- b) Realização de uma visita em algumas repartições públicas, como por exemplo, a Secretária Municipal da Fazenda, em busca de uma relação/relatório de nomes de estabelecimentos, para suplementar os dados do trabalho;
- c) Obtenção dos documentos nos respectivos lugares no Sindicato dos Empregados no Comercio de Porto Nacional (SECOM-PN) e na Secretaria Municipal da Fazenda.

Foi feita uma visita à Secretaria Municipal da Fazenda (denominada de Secretaria Municipal das Finanças) que, no dia 09 de março, disponibilizou a relação de empresas do município de Porto Nacional, contendo o registro de todos os comércios ativos da cidade. Segue a imagem (Figura 11) do respectivo documento:

Figura 11 – Relação de empresas ativas de Porto Nacional

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RELAÇÃO DE EMPRESAS ATIVAS
PERÍODO INICIAL DAS ATIVIDADES DE: 01/01/1920 À 18/05/2022

RAMO: -
ATIVIDADE: 0151201 - Criação de bovinos para corte

CCP 66069	INSCRIÇÃO MUN. 3878474	NOME FAZENDA MANGA AGROPECUARIA	NOME FANTASIA FAZENDA MANGA AGROPECUARIA
ENDEREÇO RODOVIA TO 255, N.: 0, BAIRRO: ZONA RURAL - PORTO NACIONAL-TO CEP: 77500000			INÍCIO ATIVIDADES 11/04/2012

ATIVIDADE: 0161001 - Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas

CCP 113683	INSCRIÇÃO MUN. 3894144	NOME AEROAGRICOLA FORMEHL & BORTOLOTTI LTDA	NOME FANTASIA AEROAGRICOLA FORMEHL AGRO
ENDEREÇO AVENIDA ASSOCIAÇÃO RURAL, N.: 1793-B, BAIRRO: SANTA HELENA - PORTO NACIONAL-TO CEP: 77500000			INÍCIO ATIVIDADES 23/04/2014

ATIVIDADE: 0161003 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita

CCP	INSCRIÇÃO MUN.	NOME	NOME FANTASIA
-----	----------------	------	---------------

Fonte: Prefeitura de Porto Nacional (2022)

O documento também apresenta informações pertinentes sobre o estabelecimento, como a data de abertura, o logradouro e a atividade/ramo da empresa. Também foi realizada uma visita à SECOM de Porto Nacional (TO), o qual cedeu um relatório composto pelos nomes das empresas de maneira mais sucinta, como evidenciado na Figura 12:

Figura 12 – Relatório de empresas de Porto Nacional do SECOM

Data: 09/03/2022

SECOM-PN
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE PORTO NACIONAL
TO

RELATÓRIO DE ENTIDADES

ID	NOME FANTASIA	RAZÃO SOCIAL	CNPJ
573	A ECONOMICA	V & G COMERCIO DO VESTUARIO LTDA - ME	20.615.125/0001-33
135	AGUIA MOTO PECAS	F.N.RODRIGUES	05.477.254/0001-19
237	ANDRADE DIESEL	RAMILSON SOARES DE ANDRADE	02.151.588/0001-10
980	ATACADAO DO PORTO	SOUZA & BORGES LTDA - ME	02.933.615/0002-87
10	AUTO PECAS MERCOSSUL	M S AUTOMOTIVA LTDA	02.459.242/0001-73
218	BICIMOTOS	BICIMOTOS COM. VAREJ. DE PEÇAS P MOTOS L	25.046.244/0001-36
1208	CACAU SHOW	NAVES & SANTOS LTDA	33.346.488/0001-73
212	CANTINHO DO LAR	MENDES COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI	08.716.361/0001-40

Fonte: SECOM-PN (2022).

Optou-se em utilizar os dois documentos, pois eles possuem informações que se integram, fornecendo informações que atendem as demandas do trabalho. Além disso, recorreu-se à plataforma de mapeamento de localidades do *Google*, o *Google Maps*, para complementar os dados de localização das empresas selecionadas. Posteriormente, fez-se a análise dos documentos obtidos para que fosse possível buscar

o subsídio à motivação da escolha dos nomes, substanciando, assim, a investigação dos topônimos comerciais de origem indígena dispostos nos nomes de estabelecimentos comerciais presentes na cidade de Porto Nacional (TO).

3.3 Apresentações dos dados

Conforme dito, para a sistematização dos dados da pesquisa, a primeira etapa foi realizada uma visita às secretarias municipais que poderiam fornecer o *corpus* necessário para o trabalho. Foi feita uma visita à Secretaria Municipal da Fazenda (denominada de Secretaria Municipal das Finanças), que disponibilizou a relação de empresas do município de Porto Nacional. Também se utilizou do *Google Maps*, para a complementação da localização dos dados.

Ao ter contato com as relações de nomes do comércio de Porto Nacional (os dados documentais do trabalho), foi feita uma seleção cuidadosa dos nomes identificados como de origem indígena. Após a catalogação dos dados, esses foram remanejados para uma ficha lexicográfico-toponímica, baseada no modelo de Andrade (2010) e de Ferreira (2019), apresentados respectivamente nos Quadros 6 e 7. O objetivo da ficha consiste em organizar as informações dos designativos geográficos de forma objetiva. Segue o modelo desenvolvido por Andrade (2010) adaptado de Dick (2006).

Quadro 6 – Ficha lexicográfica de Andrade (2010)

<p>a) Localização / Município – Este item remete à localização geográfica do município.</p> <p>b) Topônimo – Nome do lugar.</p> <p>c) Etimologia/origem- Trata da história ou origem das palavras e da explicação do significado de palavras por meio da análise dos elementos que as constituem. É o estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica.</p> <p>d) Taxeonomia – As taxes toponímicas permitem interpretar os nomes com maior segurança do ponto de vista semântico, partindo de sua natureza física ou antropocultural.</p> <p>e) Entrada Lexical – Elemento linguístico de base / entrada do topônimo.</p> <p>f) Estrutura Morfológica – O topônimo por ser dividido em três categorias: elemento específico simples, elemento específico composto e elemento específico híbrido. Neste caso, apresenta-se uma descrição no plano morfológico do topônimo, caracterizando-o em unidades mínimas de significação: morfemas lexicais e gramaticais.</p> <p>f) Histórico – Levantamento dos registros históricos.</p> <p>h) Informações Enciclopédicas – Caracteriza-se por acréscimo de informações coletadas em outros materiais de apoio: livros, dicionários, pesquisa na internet e outros.</p> <p>i) Fontes– Registros de fontes.</p> <p>j) Pesquisador(a) – Alunos e professores.</p> <p>k) Revisora – Professores pesquisadores.</p> <p>l) Data da Coleta – Período de coleta dos dados.</p>
--

Fonte: Andrade (2010).

Quadro 7 – Proposta de Ficha lexicográfico-toponímica de Ferreira (2019).

LOGRADOURO		
LOCALIZAÇÃO:		
IMAGEM NO MAPA	FOTO DA PLACA	FOTO DO LOGRADOURO
TOPÔNIMO		
TAXEONOMIA:		
INFORMAÇÃO BIOGRÁFICA		
FONTES DE PESQUISA:		

Fonte: Ferreira (2019).

Com base nesses dois modelos de ficha lexicográfico-toponímica mencionadas, foi criada uma ficha que suprisse os requisitos da pesquisa. Foram necessárias algumas adaptações, tendo vista as especificidades do objeto (topônimos comerciais de origem indígena). Neste trabalho, preocupou-se em dar ênfase aos aspectos etimológicos e a taxonomia do topônimo. Para fins de ilustração, segue o modelo da ficha utilizada no trabalho (Quadro 8):

Quadro 8 – Ficha lexicográfico-toponímica de nomes comerciais de origem indígena

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
Localização:	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
TOPÔNIMO	
ETIMOLOGIA	
TAXEONOMIA	
INFORMAÇÃO	
FONTES DE PESQUISA:	

Fonte: Elaborado pela autora, com base em: Andrade (2010) e Ferreira (2019).

Sobre os itens evidenciados na ficha, eles contêm:

- a) **Localização:** indica qual o bairro/setor o estabelecimento comercial está inserido;
- b) **Imagem do mapa:** imagem da localização representa nos mapas digitais;
- c) **Imagem do estabelecimento:** representa a imagem de identificação do comércio;
- d) **Topônimo:** nome do estabelecimento comercial, especificamente o nome de origem indígena;
- e) **Etimologia:** coleta dos dados etimológicos do verbete em dicionários;
- f) **Taxeonomia:** classificação do topônimo;
- g) **Informação:** informações pertinentes ao comércio;
- h) **Fontes da pesquisa:** fontes consultadas no momento da pesquisa, como mapas, imagens, dicionários e assim sucessivamente.

A ficha lexicográfico-toponímica abrangida foi utilizada para a descrição dos topônimos comerciais de origem indígena em Porto Nacional (TO). Serão apresentadas, no corpo desta pesquisa (capítulo 4), duas fichas preenchidas, a título de exemplificação. As demais estão dispostas no Apêndice, ao fim do trabalho.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo será apresentada a análise de dados a partir da sistematização em fichas lexicográfico-toponímica, bem como reflexões sobre o âmbito da pesquisa, motivadas pelos resultados alcançados. De um *corpus* de 612 topônimos de estabelecimento comercial em Porto Nacional, identificou-se a ocorrência de 21 topônimos comerciais de origem tupi. Em termos percentuais, os dados demonstram a ocorrência de 3% topônimos de origem indígena, em contrapartida, 96% de outra natureza, considerada não-indígena, indicando a baixa representatividade indígena no que diz respeito à escolha dos nomes de empresas. Inicialmente, é possível inferir que há um silenciamento das línguas minoritárias na toponímia comercial de Porto Nacional.

Os nomes de origem indígena não são uma opção majoritária na seleção da escolha do nome de uma empresa; ocorre a preferência de nomes que denotam prestígio social, como nomes em línguas estrangeiras, a saber: Closet Woman, Smart Porto, Elegance Shoes, entre outros, são exemplos de nomes presentes no município de Porto Nacional. A Figura 13, abaixo, demonstra o percentual de topônimos comerciais de origem indígena identificados no contexto da pesquisa:

Figura 13 – Percentual de topônimos comerciais de origem indígena em Porto Nacional



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2023).

Entretanto, o *corpus* coletado abrange somente os nomes de origem indígena que, no caso, são da língua tupi. Conforme discutido anteriormente, é notável a incidência do tupi na formação da geografia nacional, como a nomeação de estados brasileiros: Pará, Pernambuco, Aracaju, Paraná, Maranhão, Tocantins entre tantos outros. De acordo as considerações de Cardoso (1961), o tupi foi à língua que mais influenciou, não só no vocabulário português, mas também na toponímia brasílica, fato este

que explica a acentuada presença de topônimos comerciais de origem tupi no território da pesquisa.

Toda a expansão do tupi na geografia brasileira é atribuída, principalmente pelos colonizadores e bandeirantes: os ‘conquistadores’, as numerosas bandeiras que penetravam os sertões, iam atribuindo nomes aos rios, morros, serras, córregos e entre outros elementos que compõe à natureza/espaço geográfico (SAMPAIO, 1987), o que não é diferente do que ocorre no Tocantins, ou mais precisamente em Porto Nacional. As bandeiras que cruzaram a região da Província de Goiás, quase só conheciam o tupi dentre as línguas indígenas (ANDRADE, 2010), de modo que, por onde passavam, nomeavam o ambiente com topônimos tupi. A expressiva presença de nomes de lugares de origem tupi, também ocorre, como considera Sampaio (1987), pela predileção dos brasileiros em designar acidentes geográficos com topônimos de origem tupi, como uma marca própria da terra. Por esse ponto de vista, existe uma valorização do idioma, mas que não propriamente significa a valorização de seus falantes.

Esses nomes estão vinculados à uma natureza de origem. Assim o *corpus* pode ser classificado segundo sua natureza, conforme pode ser verificado no Quadro 9, em que estão elencados os nomes identificados de origem Tupi na toponímia comercial de Porto Nacional.

Quadro 9 – Relação dos nomes comerciais de origem indígena
Categorização dos topônimos comerciais de origem indígena de Porto Nacional (TO)

1	Aço Guararapes	Ergotopônimo
2	Armazém Paraíba	Corotopônimo
3	Agro Tocantins	Zootopônimo
4	Auto Elétrica Umuarama	Corotopônimo
5	Auto Posto Guararapes	Ergotopônimo
6	Bazar Tocantins	Zootopônimo
7	Buriti Imóveis	Fitotopônimo
8	Cerâmica Tocantins	Zootopônimo
9	Churrascaria do Pedro Tatu	Zootopônimo
10	Chapecó Madeiras	Hidrotopônimo
11	Distribuidora Marajó	Geomorfotopônimo
12	Drogaria Sergipe	Zootopônimo
13	Frigorífico Jatobá	Fitotopônimo
14	Irecê Bijoux	Hidrotopônimo

15	Moto Peças Araguaia	Animotopônimo
16	Ótica Araguaia	Animotopônimo
17	Peixaria Araguaia	Animotopônimo
18	Supermercado Açaí	Fitotopônimo
19	Supermercado Potiguá	Etnotopônimos
20	Tatu gás	Zootopônimo
21	Tocantins Tratores	Zootopônimo

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base nos dados da pesquisa.

Em relação às tendências motivadoras dos topônimos investigados, constatamos que a taxonomia predominante foi a dos zootopônimos, com 7 ocorrências. Os zootopônimos estão incluídos nas taxonomias de natureza física, como definido por Dick (1980), são topônimos de índole animal, igualmente, como encontrado na pesquisa, a Churrascaria do Pedro Tatu (por exemplo). Em seguida, aparecem as taxes dos animotopônimos e fitotopônimos, com 3 ocorrências em cada taxonomia. Por conseguinte, aparecem ergotopônimos, corotopônimos e hidrotopônimos com mesma quantidade de aparições: 2 ocorrências. Na sequência, tem-se a presença de 1 geomorfotopônimo e 1 etnotopônimo. No Quadro 10, abaixo é possível observar a quantidade de ocorrências de cada taxe de uma forma mais detalhada.

Quadro 10 – Relação de ocorrência das taxonomias identificadas

Taxonomia	Ocorrências
Zootopônimos	7
Animotopônimos	3
Fitotopônimos	3
Ergotopônimos	2
Corotopônimos	2
Hidrotopônimos	2
Geomorfotopônimo	1
Etnotopônimo	1

Fonte: Elaborado pela a autora (2023).

A seguir, expõe-se, no Quadro 11, a classificação etimológica dos topônimos identificados no contexto da pesquisa, além disso, evidencia que os topônimos investigados são todos de origem tupi, conforme investigação em dicionários etimológicos e obras lexicográficas consultadas, a saber: Sampaio (1987), Tibiriçá (2000), Bueno (2013) e Navarro (2013).

Quadro 11 – Classificação etimológica dos nomes de origem tupi

Topônimo	BUENO, Silveira. Vocabulário Tupi-Guarani Português.	CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.	NAVARRO, Eduardo de Almeida. Dicionário Tupi antigo: a indígena clássica do Brasil.	SAMPAIO, Teodoro. O Tupi na Geografia Nacional.	TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. Dicionário Tupi- Português.
Açaí	S. Nome de uma palmeira de cujo o fruto se fazem refrescos.				Assaí: Am. Esp. De palmeira da subfamília das ceroxilíneas, cujo fruto é comestível e fornece uma bebida fermentada muito apreciada.
Araguaia	<i>Araguary:</i> s. Rio do vale dos papagaios.			<i>Araguaya:</i> s. c. <i>Aráguaya</i> , os papagaios mansos.	
Buriti				<i>Burity:</i> corr. <i>Mburity</i> , árvore que emite líquido; a palmeira. (Mauritia Vinifera, Mart.) Alt. <i>Murity</i> , <i>Mirity</i> , <i>Mority</i> .	<i>Buriti, muriti (miriti):</i> esp. de palmeira.
Chapecó	s. m. Nome de vários rios, sobretudo de um que se lança no Uruguai. Macedo Soares aventa a hipótese de que proceda <i>hapecó</i> , trilha, caminho aberto.				
Guararapes	S. Nome de uma colina perto do Recife onde se deu a			Guararape: Corr. <i>Guarará-pe</i> , nos	

	famosa batalha entre brasileiros e holandeses (derrotados). Quer dizer no tambor, isto porque a colina tinha certa semelhança de forma com um tambor.			tambores.	
Irecê				Corr. <i>Y-recê</i> : pela água, tona d'água; à mercê da corrente. Nome que propus para um município novo, no sertão de Jacobina, de referência à chamada Vereda Rômão Gramacho, leito temporário do rio do Jacaré, afluente da direita do São Francisco, que banha as terras desse município. É usado como nome de mulher. Bahia.	
Jatobá		Sm. 'planta da fam. das leguminosas; variedade de jataí/ <i>jatubá</i> do tupi <i>ietí'ua</i> , 'fruta'.		Corr. <i>Yatay-ybá</i> , contrato em <i>Yat-ybá</i> , o fruto do <i>yatahy</i> que se chama moça-branca (mosca branca).	
Marajó				"Corr. <i>Mbará-yó</i> , tirado do mar, e também o tapa-mar, ante-paro do mar. É a ilha grande da foz do Amazonas. <i>Mbará</i>	
Paraíba			Paraíba: (etim. - rio ruim). S.	<i>Parahyba</i> , o rio ruim,	

			nome de um antigo grupo indígena.	impraticável, à força de dificuldades naturais da corrente; rio imprestável.	
Potiguá				<i>Potiguara</i> : s.c. <i>Potí-guara</i> , o comedor de excrementos. V. <i>Poty</i> . Tomado, porém, como corrupção de <i>potin-guara</i> ou <i>poti-guara</i> significa comedor de camarões. V. <i>Potim</i> . Nome atribuído a um gênio da Paraíba, famoso nas guerras da conquista, no século XVI. O nome Potiguara, da primeira versão, se usado naqueles tempos, explica-se por ser costume, entre os gentios, chamarem seus contrários por nomes injuriosos. Alt. <i>Potiguar</i> .	<i>Potiguar</i> : Neol. Natural do Rio Grande do Norte. <i>Potiguara</i> : Etinol. Tribo indígena que habitou outrora no Rio Grande do Norte.
Sergipe	De <i>sirijipe</i> , no rio dos siris. Capital do Estado do mesmo nome.			Ant. <i>Cirigype</i> , c. <i>cirigy-pe</i> , no rio dos siris. Alt. <i>Sirigype</i> , <i>Sirgipe</i> , <i>Sergipe</i> .	
Tatu	s. Casco encorpado, encouraçado. Nome geral das várias espécies de mamíferos da ordem dos <i>desipodídeos</i> .			<i>Tatú</i> : c. <i>Ta-tú</i> , o casco encorpado, ou grosso, couraça.	
Tocantins				<i>Tucantim</i> : c. <i>Tucan-</i>	

				<i>tim</i> , nariz de tucano. Nome de um gentio que deu o seu apelido ao rio. Pará, Goiás. Alt. <i>Tocantim</i> .	
<i>Umuarama</i>	Cidade do Paraná. Neologismo feito por nós, com elementos tupis e significa: lugar ensolarado para encontros de amigos. A primeira forma foi <i>embuarama</i> , de <i>embu</i> ; lugar, are, cheio de luz, de clarezas, bom clima. Depois suavizamos para Umuarama. A terminação ama é um coletivo, equivalendo a muitos, reunião, etc. A palavra cunhada por nós agradou tanto que há hotéis, cinemas, parques, clubes. Mas designa especialmente a progressiva cidade do estado do Paraná.				

Fonte: Elaborado pela autora (2023) baseado em Sampaio (1987), Tibiriçá (2000), Bueno (2013) e Navarro (2013).

Ao observar as taxonomias predominantes, é notável que os topônimos de natureza física, como os zootopônimos estão interligados na construção de topônimos de base indígena. Dick (1980), realça que “[...] não é de se estranhar, portanto, a existência de uma relação entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena” (DICK, 1980, p. 21). Nesse aspecto, observa-se uma das especificidades da toponímia indígena é o objetivismo ao atribuir ou selecionar nomes aos lugares. Sampaio (1987), complementa que, “no tupi, como de ordinário, os nomes de lugares são frases acabadas, traduzindo uma ideia, um episódio, uma feição característica dos lugares a que se aplicam: são, a bem dizer, verdadeiras definições do meio local” (SAMPAIO, 1987, p. 42). Os indígenas, ao atribuírem nomes aos lugares, recorrem consideravelmente a elementos associativos da paisagem do local em que estão inseridos, dentre eles: à vegetação, à fauna que compõe o ambiente/lugar a ser denominado, quase sempre se remetendo aos animais, de modo que o topônimo escolhido é transpassado pelas singularidades do espaço que o circundam, bem como nos entendimentos dos autores mencionados – preceitos observados nos topônimos investigados.

Além disso, diante dos 21 topônimos comerciais catalogados, 7 topônimos comerciais fazem referência às localidades do estado Tocantins, sendo: 4 ocorrências de *Tocantins* e 3 de *Araguaia*. Tais nomes remetem as localidades dos dois grandes rios que cortam o estado e que formam a bacia Tocantins-Araguaia, como verifica-se nas fichas (Quadro 12 e 13) elencadas abaixo. É importante mencionar que, as 21 fichas construídas e analisadas estão disponibilizadas nos apêndices desta dissertação.

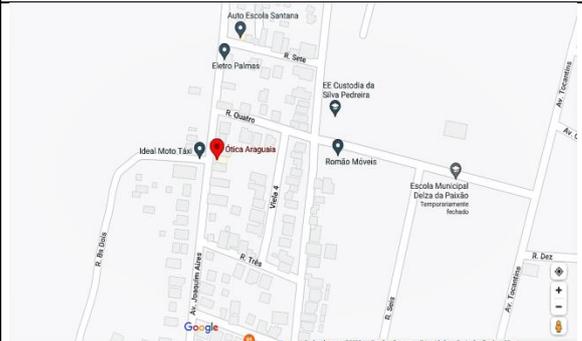
Quadro 12 – Ficha lexicográfico-toponímica: Bazar Tocantins

LOCALIZAÇÃO: Rua Frederico Lemos.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO

 <p>Fonte: Bazar Tocantins no <i>Google Maps</i></p>	 <p>Fonte: Bazar Tocantins no <i>Google Maps</i></p>
TOPÔNIMO Bazar Tocantins	
ETIMOLOGIA <i>“Tucantim: c. Tucan-tim, nariz de tucano. Nome de um gentio que deu o seu apelido ao rio. Pará, Goiás. Alt. Tocantim”</i> (SAMPAIO, 1987, p. 333).	
TAXEONOMIA Zootopônimo	
INFORMAÇÃO: Nome fantasia: Bazar Tocantins; Atividade: Comércio varejista de roupas, calçados e afins; Início de atividade: 05/03/1990. Endereço: R. Frederico Lemos, N. 1157; Centro; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto (2022).	
FONTES DE PESQUISA: SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional . 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quadro 13 – Ficha lexicográfico-toponímica: Ótica Araguaia

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
Localização: Centro.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Ótica Araguaia no <i>Google Maps</i></p>	 <p>Fonte: Foto tirada pela autora (2023).</p>
TOPÔNIMO Ótica Araguaia	
ETIMOLOGIA <i>“Araguaya: s. c. Ará-guaya, os papagaios mansos”</i> (SAMPAIO, 1987, p. 198).	
TAXEONOMIA: Animatopônimo	

INFORMAÇÃO:**Nome fantasia:** Ótica Araguaia;**Atividade:** Comércio varejista de artigo de ótica;**Início de atividade:** não identificado.**Endereço:** Av. Joaquim Aires, 2130; Centro; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000.**Fonte:** Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).**FONTES DE PESQUISA:**SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Foi possível inferimos que os topônimos fazem menção aos nomes de lugares do Tocantins, devido Porto Nacional, por volta de maio de 1956 ter lançado o Movimento Separatista (na época, idealizado por Lysias Rodrigues⁸), que lutava pelo desmembramento do Tocantins das terras goianas. “Esse momento foi oficialmente registrado pela Câmara de Porto Nacional, em 13 de maio de 1956” (CARDOSO 2003, p. 64). Segue a Carta de Porto Nacional em alusão a mencionada data:

Tocantinenses! de há muito, a bôa semente de organizar as populações dos rios Tocantins e Araguaia, compreedidas dentro da região que constitue o Setentrião Goiano, em território Federal, foi lançado por um patriota das nossas Forças Armadas – o brigadeiro Lysias Rodrigues.

Daí prá cá, a semente, lançada em terra fértil, medrou, mas não com as características que lhe quis dar o seu idealizador, porém, com formas próprias, já muito evoluidas, como se era de esperar, dado o meio propício, compreendedor daquele ideal sadio que, modificando a própria planta, hoje quer tão-somente constituir-se em Estado, irmanando-se com as demais unidades da Federação, para a sua grandeza.

A compreensão desse ideal está presentemente tão arraigada no sentimento de compreensão da gente tocantino-araguaia, que, se consultada, unanimemente, ela, esquecendo qualquer partidarismo, pronunciará favorável a esse anseio superior, no sentido de orientar, coordenar e conduzir os seus próprios destinos, por que ela sente e sofre as realidades ambientes.

Sabe ela perfeitamente que, dada a má divisão político-administrativa do País e a grande extensão territorial do Estado a que pertence, nem um, nem outro poderá olhar com desvêlo os interesses que lhe são pertinentes.

Atribue mesmo, até certo ponto, às crises políticas, econômicas e militares, que de vez em quando sacodem a Nação, a adoção de um regime federativo, sem um número de estados – membros necessários, pois que a cópia tão só de uma constituição estranha, sem a adaptação de uma boa divisão territorial político-administrativa, tem inulidivelmente de fracassar, como vem fracassando.

A densidade demográfica da região que ora deseja erigir-se em Estado é grande, maior que a de muitos estados-membros. Os seus recursos naturais também são enormes. Nesse ponto, nada há que se temer. Nem os argumentos dos pessimistas e derrotistas doentios.

Na região, existe uma elite intelectual que poderá arcar com todas as responsabilidades que pesam sobre os dirigentes e homens públicos de qualquer governo.

⁸Lysias Rodrigues foi um importante aviador, mais conhecido como Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias. Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro em 23 de junho de 1896. Foi considerada uma pessoa de personalidade multifacetada, foi aviador, geopolítico, desbravador e engenheiro-geógrafo. Criou o Correio Aéreo Nacional (CAN) em 1931. Escreveu diversas obras, inclusive livros dedicados ao Tocantins, a saber: Roteiro do Tocantins (1943) e Rios do Tocantins (1945) (CAMBESES JÚNIOR, [s.d]).

Propugnemos, pois, pela criação do Estado do Tocantins, suscitando o pronunciamento de suas populações, através de um plebiscito, a fim de submetê-lo à apreciação da Assembleia Legislativa e do Congresso de conformidade com o dispositivo no Artigo, da Constituição Federal (Câmara Municipal de Porto Nacional, 13 de maio, 1956). (CAVALCANTE, 2003, p. 64-65).

Com isso, observa-se o sentimento de pertencimento em utilizar os nomes do Tocantins na toponímia comercial de origem indígena em Porto Nacional, dentre os nomes encontrados, foram: (1) Agro **Tocantins**, Bazar **Tocantins**, (2) Cerâmica **Tocantins**, (3), (4) Moto Peças **Araguaia**, (5) Ótica **Araguaia**, (6) Peixaria **Araguaia** e (7) **Tocantins** Tratores. É possível inferir justificativas para tamanha representatividade, como o discurso Autonomista do Tocantins, que esteve fortemente presente durante a luta separatista do Tocantins do território de Goiás, do qual se observa o reflexo nos nomes de lugares do estado na toponímia comercial de origem indígena em Porto Nacional.

A expressiva influência dos nomes dos municípios na toponímia comercial de Porto Nacional (TO) demonstra uma necessidade de “legitimar um sentido de pertencimento regional a partir de discursos fundadores” (RODRIGUES, 2016, p. 191) Na imagem abaixo (Figura 14), os dizeres ‘Tocantinense não é goiano’ realça a relevância para a população tocantinense em construir sua própria identidade, sobretudo ter sua identidade desvinculada da do estado de Goiás. O desejo não permeava somente a conquista territorial, mas também, uma conquista identitária, pois é marca de pertencimento a tentativa de apagamento da memória do outro.

Figura 14 – Porto Nacional em 1956



Fonte: Cavalcante (2003).

O indivíduo, ao evocar os nomes de municípios tocantinenses na toponímia comercial, evidencia uma forte ligação entre território e a identidade local. O desejo de

legitimar o sentimento de pertencimento tocantinense, através de topônimos comerciais, vai ao encontro da afirmação de Callai (2004): “[...] o lugar onde se vive, deve ser conhecido e reconhecido pelos que ali vivem, pois, conhecer o espaço, para saber nele se movimentar, para nele trabalhar e produzir significa conseguir reproduzir-se também a si próprio, como sujeito” (CALLAI, 2004, p. 3). Consoante ao que afirma a referida autora, a população tocantinense lutava por reconhecimento identitário, de terem o território tocantinense autônomo culturalmente, em decorrência disso, a conquista não era somente por uma autonomia político-administrativa, pois cada lugar é particularizado pelos os sujeitos que ali habitam, pelas as memórias, as histórias, a cultura que singulariza o ambiente habitado.

Como reitera Cardoso (*et al*, 2017), ao modificar o lugar, criam-se novas teias de relações dimensionais, materializam-se outros atributos e apaga-se, materialmente, parte do que ali foi vivenciado. O caráter dinâmico dos lugares pode ser observado nas intensas transformações do espaço citado. Com isso, ao desmembrar o território tocantinense que antes pertencia ao estado de Goiás, o local foi se modificando culturalmente pela a população que pertencia ao estado do Tocantins, à medida que este território conquistou sua autonomia política, conseqüentemente, aos poucos, apagou-se as memórias, as vivências do outro.

Nesta perspectiva, é possível pensar sobre o conceito de território além da noção de espaço, solo, abrigo e segurança, como explicado por Saquet (2007), que argumenta que o território tem duas funções essenciais: a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como trampolim para oportunidades, portanto, é possível compreender que o significado de território perpassa essas duas funções essenciais. Rodrigues (2016), completa:

[...] território não é apenas chão/solo/superfície. A noção de pertencimento territorial deve, portanto, estar para além dessa tríade. Ou seja, pertencer extrapola o sentido de estar, materialmente, no chão/solo/superfície. Há que se pensar nas relações, nos movimentos, nas diversidades, nas representações quando se trata de pertencimento territorial (RODRIGUES, 2016, p. 196).

Dessa maneira, a reafirmação dos nomes de lugares tocantinenses na toponímia comercial de Porto Nacional, representa a noção de território além do sentido espaço-físico, representa a relação íntima entre o ser humano e o lugar que ele vive:

[...] Local em que o sentimento de pertencimento surge ancorado, onde a memória humana se sedimenta. Um lugar é a nossa *casa*, o sítio no qual voltamos repetidamente, onde encontramos o conforto de uma relação afetiva

e experiencial. Quando um lugar é vivenciado, a história dele é ressaltada (Cardoso *et al* 2017, p. 86).

Dessa maneira, o local em que a pessoa reside está intimamente interligado à memória afetiva da pessoa, logo o tocaninense, ao reafirmar os nomes locais na toponímia comercial de Porto Nacional, intenciona buscar a identificação com o lugar em que ele vive, em uma prática que traz conforto, afetividade, identificação e sentimento de pertencimento em relação ao ambiente vivido. Diante do exposto, afirma-se que o sentimento de pertencimento é evidenciado nos dados da pesquisa, na qual há uma significativa incidência de topônimos que evocam os nomes de municípios tocaninenses na toponímia comercial de Porto Nacional.

Para tanto, essa noção de território, debatida pelos autores referenciados, permite refletir sobre a luta separatista no norte goiano, onde houve uma busca veemente pelo desejo de pertencimento sobre um determinado território, isso se deu, notavelmente, pelas escolhas toponímicas atribuídas à geografia tocaninense ao se desmembrar do estado de Goiás. A demarcação de poder reflete, significativamente, através dos nomes de lugares que compõem o território tocaninense, uma vez que esses foram atribuídos de acordo com a única língua indígena que os bandeirantes conheciam, o tupi, ou seja, a nomeação foi feita à critério do colonizador.

Além disso, os topônimos comerciais de origem indígena das empresas de Porto Nacional, remetem ao discurso autonomista do Tocantins, esse discurso dialoga com o fato de que a escolha do nome de uma empresa visa criar a identidade do comércio. É uma escolha estratégica, a fim de ressoar positivamente em seu público-alvo. Portanto, a identidade dos topônimos comerciais de Porto Nacional está interligada à memória, a história, a política, tanto pelo vínculo que se estabelece com o passado colonial, quanto pelo elo com o período de autonomização do estado, e também pela questão do pertencimento, pois este implica “olhar e reconhecer-se como integrante de uma sociedade que atribui símbolos, valores éticos e morais, o que realça características sociais de um lugar” (CARDOSO *et al*, 2017, p. 89).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como principal foco realizar uma investigação acerca dos topônimos comerciais de origem indígena em Porto Nacional, sob o viés dos estudos toponímicos, subárea da Onomástica, que se dedica em estudar os nomes próprios. Assim, averiguou-se quais fatores influenciam na formação da toponímia comercial do município, a fim de identificarmos a origem linguística dos topônimos de origem indígena e discutir as motivações e influências na composição dos nomes de estabelecimentos catalogados na localidade da pesquisa, com base nos documentos utilizados. Por meio da descrição e análise dos dados, evidenciamos especificidades dos topônimos comerciais trabalhos, ancorados nos autores: Neves (1971); Guérios (1973); Sampaio (1987); Dick (1980); Biderman (1998, 2001); Seabra (2006), Andrade (2010).

O levantamento concretizado, por meio das 21 fichas elaboradas, possibilitou conhecer o contexto que subjazem os topônimos comerciais de origem indígena em Porto Nacional. Com base nas informações apresentadas foi possível inferir que todos os topônimos comerciais de origem indígena são de origem tupi, não sendo representativo para os povos indígenas locais. A significativa influência dos topônimos de origem indígena realça uma justaposição das demais línguas de origem indígena presentes no estado, assim como ocorre em todo o território brasileiro, difundido, principalmente pelos colonizadores europeus, por meio da catequese e dos bandeirantes que percorreram o território tocantinense.

Além disso, observamos que são representativos os nomes de localidades do estado do Tocantins na toponímia comercial de Porto Nacional, pois, tais nomes ressoam, consideravelmente nos dados levantados. Essa motivação reflete o discurso autonomista do Tocantins, no período de separação do estado de Goiás, em que se buscava uma reafirmação identitária. Assim, este estudo possibilitou a ampliação da compreensão de aspectos históricos, culturais e políticos que influenciaram o repositório toponímico do contexto investigado. Por fim, esperamos que o respectivo trabalho contribua para o aprofundamento das pesquisas Toponímicas sob o viés da toponímia comercial, que ainda que tem muito a expandir, e nos estudos da toponímia indígena, especialmente, no contexto tocantinense, considerando-se que a população indígena é representativa para o estado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. Índios do Tocantins: aspectos históricos e culturais. In: SILVA, Norma Lúcia da; VIEIRA, Martha Victor (Orgs.). **Ensino de história e formação continuada: teorias, metodologias e práticas**. Goiânia: PUC Goiás, 2013. p. 135-156.
- ABREU, Marta Virgínia de Araújo Batista. **Situação sociolinguística dos krahô de Manoel Alves e Pedra Branca: uma contribuição para educação escolar**. 2012. Dissertação (Mestrado em ensino de língua e literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Letras, Araguaína, 2012. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/lali/index.php?pagina=paginas/content&paginaContent=Disserta%C3%A7%C3%B5es%20Defendidas&idMenu=11>. Acesso em: 05 nov. 2022.
- ANDRADE, Karylleira dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2010.
- ANDRADE, Karylleira dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**. 2006. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-24032008-132238/pt-br.php>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- ALVES, Maria José. **A formação de comerciais nas cidades de Palmas (TO) e Catalão (GO): [Manuscrito]: Questões de identidade linguística e cultural**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Unidade Especial de Letras e Linguística, Catalão, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Catalão, 2017. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8057>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- BRASIL. Decreto-lei nº 99.062 de 7 de março de 1990. Homologa a demarcação da área indígena Kraôlandia. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [D99062 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 17 mai. 2023.
- BRASIL. Código Civil (2002). **Código Civil: 2002**. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.html. Acesso em: 05 mai. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. **Filologia e linguística portuguesa**. São Paulo: UNESP, n. 2, p. 81-118, 1998. Disponível em: https://dlcv.fflch.usp.br/files/Biderman1998_0.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In. OLIVEIRA, Ana Maria Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. 2.ed. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2001. p. 13-22.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As Ciências do Léxico. *In*: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Maria Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004.

BORGES, Mônica Veloso. O Estudo do Avá: Relato e Reflexões sobre a Análise de uma Língua Ameaçada de Extinção. **Liames (línguas indígenas americanas)**, Campinas, p. 85-104, 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/liames/article/view/1406>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BUENO, Silveira. **Vocabulário tupi-guarani português**. 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.

CARDOSO, Levy Armando. **Toponímia brasílica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: UCG, 2003.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. *In*: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004. **Anais [...]** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. p. 01-10. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/HelenaCallai.pdf>. Acesso em 10 mai. 2023.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. **Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues: Pioneiro do correio aéreo nacional, patrono do INCAER**. INCAER, [s.d]. Disponível em: https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_lyusias_rodrigues.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023.

CARDOSO, Diogo *et al.* Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 11, p. 83-98, 2017. Disponível em: <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2017.11.004>. Acesso em 10 mai. 2023.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalizador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 172-179, fev. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33819>. Acesso em 10 mai. 2023.

CONHEÇA o Brasil: Populações indígenas. **IBGE Educa Jovens**, [s.d]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

COSTA, Carmem Lúcia (Org.). Gênero e diversidade na escola: espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/ficha-tecnica.html>. Acesso em: 10 mai. 2023.

CUNHA, Antônio Geralda da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DÉCADA NACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS (2022-2032). Carta de Belém das línguas dos povos indígenas do Brasil (2º Seminário Internacional – Viva língua viva). Disponível em: carta_vlv2022_assinada.pdf (abralin.org). Acesso em: 14 dez. 2022.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos**. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxonômicos**. 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-16122022-105612/pt-br.php>. Acesso em: 11 mai. 2023)

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos**. 2. ed. São Paulo, 1987.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. Métodos e Questões Terminológicas na onomástica. Estudo de Caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Investigações Linguísticas e Teoria Literária**, Recife, v. 9, p.119-148, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, Maria Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004. p. 121-131.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o projeto ATEMIG – atlas toponímico do estado de Minas Gerais. *In*: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

DSEI. **[Correspondência]**. Destinatário: Karylleila dos S. Andrade Klinger. Palmas, 19 jan. 2023. Ofício.

DRUMOND, Carlos. **A contribuição do bororo à toponímia brasílica**. São Paulo: Editora da USP, 1965.

FERREIRA, Franciele Rodovalho. **A figura da mulher na toponímia urbana do município de Porto Nacional (TO)**. 2019. Dissertação (Mestrado acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Nacional, 2019.

FUNAI. **Quem são**. Ministério dos povos indígenas, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em 11 mai. 2023.

GIRALDIN, Odair; SILVA, Claube Alves da. Ligando mundos: relação entre xerente e sociedade circundante no século XIX. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, sér. Ant., v. 18, n. 2, 2002. Disponível em: http://www.uft.edu.br/neai/file/odair_ligando_mundos.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

GUÉRIOS, Rosario Farâni Mansur. Onionímia ou Onomástica Industrial. In.: BARBADINHO NETO, R. (Org.). **Estudos em homenagem a Cândido Jucá (Filho)**. Rio de Janeiro: Simões, 1973. p. 179-208.

IBGE. **Os indígenas no censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

ISA. Instituto Socioambiental. Línguas. **Povos indígenas do Brasil**, 2019. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apinaj%C3%A9>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ISA. Instituto Socioambiental. Apinajé. **Povos indígenas do Brasil**, 2021a. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apinaj%C3%A9>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ISA. Instituto Socioambiental. Khrahô. **Povos indígenas no Brasil**, 2021b. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krah%C3%B4>. Acesso em: 23 ago. 2022.

ISA. Instituto Socioambiental. Xerente. **Povos indígenas no Brasil**, 2021c. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xerente>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ISA. O Censo 2010 e os Povos Indígenas. **Povos Indígenas do Brasil**, 2022. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/O_Censo_2010_e_os_Povos_Ind%C3%ADgenas?printable=yes. Acesso em 11 mai. 2023.

ISA. Instituto Socioambiental. Avá-Canoeiro. **Povos indígenas no Brasil**, 2023. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Av%C3%A1-Canoeiro>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ISQUERDO, Maria Aparecida Negri. **Herança lusa na toponímia de municípios da região Norte do Brasil: perspectivas linguística e sócio-histórica**. Disponível em: <https://web-data.atilf.fr/ressources/cilpr2013/actes/section-5/CILPR-2013-5-Isquerdo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: UFMS, 2012. p. 115-39.

JORNAL NACIONAL. Balanço parcial do Censo mostra aumento da população indígena. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/19/balanco-parcial-do-censo-mostra-aumento-da-populacao-indigena.ghtml>. Acesso em: 12 mai. 2023.

KRAHÔ, Miguelito *et al.* **A preparação do paparuto**: povo indígena Krahô. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCAS, Patrícia. **Os nomes comerciais em Naranjal-Paraguai**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Oeste do Paraná, Programa de Pós-graduação em Letras, Cascavel, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4235>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MELATTI, Júlio César. **Ritos de uma tribo Timbira**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

MELATTI, Júlio César. Dos krahó aos Marubo: A aventura etnográfica. **Revista Mana**, v. 8, n. 1, p. 195-211, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/NDNScKb9sf8CWdbdCMYx4pD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2023.

MELLO, Octaviano. **Topônimos amazonenses**: nomes das cidades amazonenses, sua origem e significado. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1967.

MENDES, Andréia Almeida *et al.* A toponímia comercial. Revista eletrônica da faculdade Metodista Granbery, n. 9, 2010.

MIRANDA, Maxwell *et al* (Org). **Línguas e culturas Macro-Jê**. Barra do Garças, MT: GEDELLI/UFMT, 2020.

MIRANDA, Roselba Gomes de. **Toponímia em Libras**: descrição e análise dos sinais dos municípios do Tocantins. 2020. Dissertação (Mestrado acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Letras Ensino de Língua e Literatura, Porto Nacional, 2020.

MUNIZ, Simara de Sousa. **Educação escolar indígena do estado do Tocantins**: uma trajetória histórica do curso de capacitação ao curso de formação do magistério indígena. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino de língua e literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Letras, Araguaína, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/919>. Acesso em: 6 fev. 2023.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário português-tupi antigo**: a indígena clássica do Brasil. 1.ed. São Paulo: Global, 2013.

NASCIMENTO, Rodrigo Vieira do. **Proposta preliminar de um software toponímico**: um estudo de caso sob a ótica de professores de geografia do ensino fundamental. 2017. Dissertação (Mestrado profissional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras Ensino de Língua e Literatura, 2017. Disponível em: Observatório onomástico (O-Onoma) - Faculdade de Letras (ufmg.br). Acesso em: 17 mai. 2023.

NEVES, Norma Lucia Horta. **Nomes próprios comerciais e industriais no português:** um aspecto da nomenclatura do comércio e da indústria em Belo Horizonte. 1971. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1971.

NIKULIN, Andrey. **Proto-Macro-Jê:** um estudo reconstrutivo. 2020. Tese Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38893>. Acesso em: 6 fev. 2023.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os apinayé.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

NUNES, Verônica Ramalho. Toponímia e ensino: estudo dos nomes de lugares de origem indígena no livro didático de Geografia. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras: ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/922>. Acesso em 11 mai. 2023.

OLIVEIRA, Agenor Lopes de. **Toponímia Carioca.** Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1965.

PAZ, Laura Resplandes de Souza *et al.* Diagnóstico da Composição dos Resíduos Sólidos da Aldeia Indígena Salto da Etnia Xerente de Tocantínia - TO. *In:* XI Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental, 2018, Porto Alegre, RS.

PREFEITURA DE PORTO NACIONAL. Secretaria Municipal de finanças. **Relação de empresas ativas.** Período inicial de 01/01/1920 à 18/05/2022. Porto Nacional, TO, 2022.

REIS, Anna Inez Alexandre. **Os nomes de lugares nas provas do Enem:** reflexões sobre toponomástica e ensino. 2019. Dissertação – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/paula/Downloads/27381-Article-319894-1-10-20220319.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

REIS, Geovane Rossone *et al.* Perfil epidemiológico dos povos indígenas do Tocantins: contribuições iniciais. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27381>. Acesso em: 10 mai. 2023.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Um marcador Macro-Jê de posse inalienável. **Revista Brasileira de linguística antropológica**, v. 4, n. 2, p. 253-254, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rbla.v4i2.20685>. Acesso em: 15 nov. 2022.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 2006.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Relações internas da família linguística Tupí-Guaraní. **Revista brasileira de linguística antropológica**, v. 3 n. 2, p. 233-251, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/16264>. Acesso em: 25 ago. 2022.

RODRIGUES, Jean Carlos. Território e identidade: o “norte goiano” e o discurso fundador tocantinense no século XX. **Entreletras**. Araguaína, v. 7, n. 1, p. 185-199, 2016. Disponível em: <https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/...> link. Acesso em: 30 jan. 2023.

SANTOS, Alisson Almeida *et al.* A territorialidade do povo Krahô na perspectiva cultural. **Revista tocantinense de geografia**, Araguaína, n. 0 08, p. 174-185, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/2430>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SANTOS, Alisson Almeida. **Os índios Krahô e a expansão do agronegócio no Nordeste do estado do Tocantins**. 2019 Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1207/1/Alisson%20Almeida%20dos%20Santos%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

Prado, Natália Cristine. **A influência da língua inglesa na formação de nomes comerciais**: questões de identidade linguística e cultural. 2014. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Araguara-SP, 2014. Disponível em: Cunha, Lauro José da (unesp.br). Acesso em: 22 mar. 2022.

SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**: Ensaios. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão popular. 2007.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006a.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. *In*: MAGALHÃES, José Sueli. de; TRAVAGLIA, Luis. C. (Org.). **Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística**. Uberlândia: ILEEL, 2006b. p. 1953-1960.

SECOM-PN. Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Nacional. **Relatório de entidades**. Porto Nacional, TO, 2022.

SILVA, Camila André do Nascimento da; ISQUERDO, Aparecida Negri. Topônimos de base indígena do município de Aparecida do Taboado (MS) um estudo sobre as taxionomias. **Anais do IXI SINEFIL**: Rio de Janeiro, 2017, p. 1287-1304.

SILVA, Camila André do Nascimento da. **A toponímia em Mato Grosso do Sul: um estudo etnolinguístico**. 2020. Tese de doutorado (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-graduação em Letras Três Lagoas, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3631>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SILVA, Reijane Pinheiro da. **Povos indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos**. Palmas: Nago Editora, 2020.

SOUZA JÚNIOR, José Ednilson Gomes de. **Nomeação de lugares na língua de sinais brasileira: uma perspectiva de toponímia por sinais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11923>. Acesso em: 11 mai. 2023

SOUSA, Alexandre Melo de. **Toponímia em Libras**. Relatório (Pós-Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis, 2019.

SOUZA, Antonio Jorge de. **Criação lexical em textos publicitários [manuscrito]: análise de onomídeos**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em estudos linguísticos, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1958M.pdf. Acesso em: 7 jun. 2022.

SOUSA, Alexandre Melo de; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Caminhos da toponímia no Brasil e as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 6–19, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/60925>. Acesso em 10 mai. 2023.

SOUSA, Alexandre Melo de; QUADROS, Ronice Müller de. Proposta de ficha lexicográfica-toponímica digital para o estudo da toponímia em línguas de sinais. *Revista Guavira Letras*. V. 15, n. 30., p. 126-140, 2019. Disponível em: <http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/854/618>. Acesso em: 2

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário Tupi-Português**. 2. ed. São Paulo: Traço Editora, 2000.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Matteo, Kátia Castro de; Araújo, Wladimir Sena Araújo; Matricardi, Eraldo Aparecido Trondoli; Paro, Polyana; Oliveira, Fagno Tavares de. (org.). Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais. Zoneamento Ecológico-Econômico. **Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins**. Populações Tradicionais. Palmas: SEPLAN, 2016.

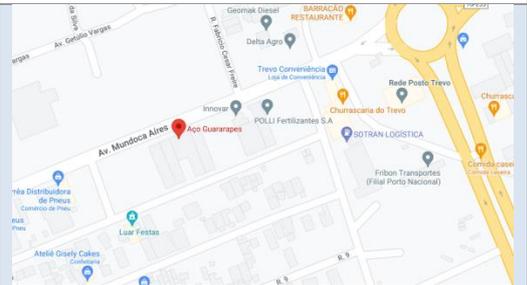
TORRES, Carina Alves; COSTA, Miguel Oliveira. Povo indígena Apinajé: ritual da tora grande (párkaper). **Articulando e construindo saberes**, v. 5, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/60382>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VASCONCELOS, J. Leite de. **Opúsculos**. Vol. 3. Coimbra, 1931.

Vampré, Spencer. **Do nome civil**. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1935.

ANEXO– FICHAS LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICAS

APÊNDICE A – Ficha Lexicográfico-Toponímica Aço Guararapes

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Novo Horizonte.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Aço Guararapes em <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Aço Guararapes em <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Aço Guararapes	
ETIMOLOGIA	
<p>“S. Nome de uma colina perto do Recife onde se deu a famosa batalha entre brasileiros e holandeses invasores que foram derrotados. Ao pé da letra quer dizer <i>no tambor</i>, isto porque a colina tinha certa semelhança de forma com um tambor” (BUENO, 2013, p. 138). “Guararape: Corr. <i>Guarará-pe</i>, nos tambores” (SAMPAIO, 1987, p. 239).</p>	
TAXEONOMIA Ergotopônimo	
<p>Nome fantasia: Aço Guararapes. Atividade: Comércio Varejista de ferragens e ferramentas. Início de atividade: 22/07/2015. Endereço: Av. Mundoca Aires, N. 1240-1358; Setor Novo Horizonte, Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
<p>BUENO, Silveira. Vocabulário tupi-guarani português. 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE B – Ficha Lexicográfico-Toponímica Armazém Paraíba

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Centro.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Armazém Paraíba no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Armazém Paraíba no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Armazém Paraíba	
ETIMOLOGIA “Paraíba: (etim. <i>rio ruim</i>) (s.) – nome de um antigo grupo indígena” (NAVARRO, 2013, p. 372). “ <i>Parahyba</i> : corr. <i>Pará-ayba</i> , o rio ruim, impraticável, à força de dificuldades naturais da corrente; rio imprestável. 92. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Norte do Brasil” (SAMPAIO, 1987, p. 294).	
TAXEONOMIA Coronotopônimo	
<p>Nome fantasia: Armazém Paraíba. Atividade: Loja de departamento ou magazines. Início de atividade: 06/02/2017. Endereço: Setor Central; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
<p>NAVARRO, Eduardo de Almeida. Dicionário português-tupi antigo: a indígena clássica do Brasil. 1.ed. São Paulo: Global, 2013. SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE C – Ficha Lexigráfico-Toponímica Agro Tocantins

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Setor Novo Horizonte.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Agro Tocantins no Google Maps.</p>	 <p>Fonte: Agro Tocantins no Google Maps.</p>
TOPÔNIMO Agro Tocantins	
ETIMOLOGIA “ <i>Tucantim</i> : c. <i>Tucan-tim</i> , nariz de tucano. Nome de um gentio que deu o seu apelido ao rio. Pará, Goiás. <i>Alt. Tocantim</i> ” (SAMPAIO, 1987, p. 333).	
TAXEONOMIA Zootopônimo	
INFORMAÇÃO:	
<p>Nome fantasia: Agro Tocantins. Atividade: Serviços agropecuários. Início de atividade: 21/11/2019. Endereço: Av. Mundoca Aíres; Setor Novo Horizonte; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional . 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE D – Ficha Lexicográfico-Toponímica Auto Elétrica Umuarama

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Setor Vila Nova.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
Localização no mapa desatualizada	 <p>Fonte: foto tirada pela autora (2023).</p>
TOPÔNIMO Auto Elétrica Umuarama	
ETIMOLOGIA “Cidade do Paraná. Neologismo feito por nós, com elementos tupis e significa: lugar ensolarado para encontros de amigos. A primeira forma foi EMBUARAMA, <i>de embu</i> ; lugar, are, cheio de luz, de claridades, bom clima. Depois suavizamos para Umuarama. A terminação ama é um coletivo, equivalendo a muitos, reunião, etc. A palavra cunhada por nós agradou tanto que há hotéis, cinemas, parques, clubes. Mas designa especialmente a progressiva cidade do estado do Paraná” (BUENO,2013, p. 657.	
TAXEONOMIA Corotopônimo	
INFORMAÇÃO: Nome Fantasia: Auto Elétrica Umuarama. Atividade: Comércio Varejista no ramo de eletrônica. Início de atividade: 21/08/1991. Endereço: Rua Paraguaçu, N. 2824; Setor Vila Nova; Porto Nacional (TO); CEP: 77500000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).	
FONTES DE PESQUISA: BUENO, Silveira. Vocabulário tupi-guarani português . 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.	

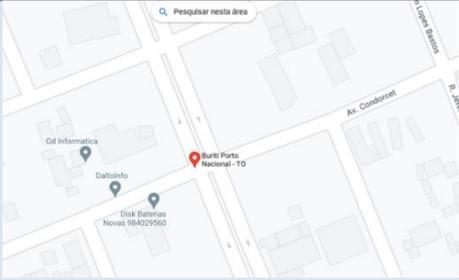
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE E – Ficha Lexicográfico-Toponímica Auto Posto Guararapes

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Setor Aeroporto.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Posto Guararapes no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Posto Guararapes no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Auto Posto Guararapes	
ETIMOLOGIA	
“S. Nome de uma colina perto do Recife onde se deu a famosa batalha entre brasileiros e holandeses invasores que foram derrotados. Ao pé da letra quer dizer <i>no tambor</i> , isto porque a colina tinha certa semelhança de forma com um tambor” (BUENO, 2013, p. 138).	
TAXEONOMIA: Ergotopônimo	
INFORMAÇÃO:	
Nome fantasia: Auto Posto Guararapes.	
Atividade: Serviço de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores.	
Início de atividade: 30/01/2007.	
Endereço: Feira, 150; Setor Aeroporto; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000.	
Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).	
FONTES DE PESQUISA:	
BUENO, Silveira. Vocabulário tupi-guarani português . 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.	

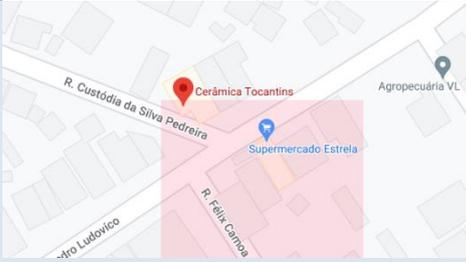
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE F – Ficha Lexicográfico-Toponímica Imobiliária Buriti

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Avenida Mãe Dedé.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Imobiliária Buriti no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Imobiliária Buriti no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Buriti Imóveis	
ETIMOLOGIA “ <i>Burity</i> : corr. <i>Mburity</i> , árvore que emite líquido; a palmeira. (<i>Mauritia Vinifera</i> , Mart.) <i>Alt. Murity, Mirity, Mority</i> ” (SAMPAIO, 1987, p. 209). “ <i>Buriti, muriti</i> : esp. de palmeira” (TIBIRIÇA, 2000, p. 74).	
TAXEONOMIA Fitotopônimo	
INFORMAÇÃO:	
<p>Nome fantasia: Buriti Imóveis. Atividade: Imobiliária. Início de atividade: não encontrado. Endereço: Avenida Mãe Dedé, Quadra 31, Lote 04, 05 e 06; Setor Jardim América; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
<p>SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. Dicionário Tupi-Português. 2. Ed. Traço Editora. 2000.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE G – Ficha Lexicográfico-Toponímica Cerâmica Tocantins

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Avenida João Ayres Joca.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Cerâmica Tocantins no <i>Google Maps</i>.</p>	
TOPÔNIMO Cerâmica Tocantins	
ETIMOLOGIA “ <i>Tucantim</i> : c. <i>Tucan-tim</i> , nariz de tucano. Nome de um gentio que deu o seu apelido ao rio. Pará, Goiás. Alt. <i>Tocantim</i> ” (SAMPAIO, 1987, p. 333).	
TAXEONOMIA Zootopônimo	
INFORMAÇÃO:	
<p>Nome fantasia: Cerâmica Tocantins. Atividade: Produção de cerâmica. Início de atividade: 12/04/2007. Endereço: Avenida João Aires Joca, Quadra 254, Lote 1; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional . 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE H – Ficha Lexicográfico-Toponímica Churrascaria Do Pedro Tatu

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Setor Jardim Brasília.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Churrascaria do Pedro Tatu no Google Maps.</p>	 <p>Fonte: foto tirada pela autora (2023).</p>
TOPÔNIMO Churrascaria do Pedro Tatu	
ETIMOLOGIA “s. Casco encorpado, encouraçado. Nome geral das várias espécies de mamíferos da ordem dos <i>desipodídeos</i> ” (BUENO, 2013. p. 340). “ <i>Tatú</i> : c. <i>Ta-tú</i> , o casco encorpado, ou grosso, couraça” (SAMPAIO, 1987, p. 326).	
TAXEONOMIA Zootopônimo.	
<p>Nome fantasia: Churrascaria do Pedro Tatu. Atividade: Ramo alimentício. Início de atividade: não identificado. Endereço: R. Juscelino Kubitscheck, N. 684; Setor Jardim Brasília; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA: BUENO, Silveira. Vocabulário tupi-guarani português . 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013. SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional . 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.	
Fonte: Elaborado pela autora (2023).	

APÊNDICE I – Ficha Lexicográfico-Toponímica Chapecó Madeiras

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Praia Bela.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Chapecó Madeiras no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Chapecó Madeiras no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Chapecó Madeiras	
ETIMOLOGIA	
“s. m. Nome de vários rios, sobretudo de um que se lança no Uruguai. Macedo Soares aventa a hipótese de que proceda <i>hapecó</i> , trilha, caminho aberto” (BUENO, 2013, p. 104).	
TAXEONOMIA:	
Hidrotopônimo	
Informação:	
<p>Nome fantasia: Chapecó Madeiras. Atividade: Fabricação de imóveis com predominância em madeira. Início de atividade: 22/07/2021. Endereço: Rua 01, Quadra 41; Lote 14; Loteamento Praia Bela; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
BUENO, Silveira. Vocabulário tupi-guarani português . 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE J –Ficha Lexicográfico-Toponímica Distribuidora Marajó

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Centro.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Distribuidora Marajó no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Fonte: Distribuidora Marajó no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Distribuidora Marajó	
ETIMOLOGIA “Corr. <i>Mbará-yó</i> , tirado do mar, e também o tapa-mar, ante-paro do mar. É a ilha grande da foz do Amazonas. Pará. V. <i>Mbará</i> ” (SAMPAIO, p. 1987, p. 280).	
TAXEONOMIA Geomorfotopônimo	
INFORMAÇÃO:	
<p>Nome fantasia: Distribuidora Marajó. Atividade: Comércio Varejista de bebidas. Início de atividade: 15/05/2015. Endereço: Centro, Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional . 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE K – Ficha Lexicográfico-Toponímica Drogeria Sergipe

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
Localização: Avenida Sergipe.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Drogeria Sergipe no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Drogeria Sergipe no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Drogeria Sergipe	
ETIMOLOGIA “Ant. <i>Cirigype</i> , c. <i>ciri-gy-pe</i> , no rio dos siris. Alt. <i>Sirigype</i> , <i>Sirgipe</i> , <i>Sergipe</i> ” (SAMPAIO, 1987, 314). “De <i>sirijipe</i> , no rio dos siris. Capital do Estado do mesmo nome” (BUENO, 2013, p. 616).	
TAXEONOMIA Zootopônimo	
INFORMAÇÃO:	
<p>Nome fantasia: Drogeria Sergipe. Atividade: Comércio no ramo farmacêutico. Início de atividade: 28/07/2020. Endereço: Avenida Sergipe; Setor Novo Planalto; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000 Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
<p>SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. BUENO, Silveira. Vocabulário tupi-guarani português. 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE L – Ficha Lexicográfico-Toponímica Frigorífico Jatobá

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Zona Rural.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Frigorífico Jatobá no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Frigorífico Jatobá no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO	
Frigorífico Jatobá	
ETIMOLOGIA	
“Sm. ‘planta da fam. das leguminosas; variedade de jataí / <i>jatubá</i> / do tupi <i>ietĩ’ua</i> < <i>ietai’ua</i> < <i>ieta</i> ’ i ‘ <i>jataí</i> + <i>ĩ</i> , fruta” (CUNHA, 2010, p. 372).	
TAXEONOMIA:	
Fitotopônimo	
INFORMAÇÃO:	
<p>Nome fantasia: Frigorífico Jatobá. Atividade: Frigorífico/abate de bovinos. Início de atividade: 18/10/2016. Endereço: Rodovia TO KM 255; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
CUNHA, Antônio Geralda da. Dicionário etimológico da língua portuguesa . 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.	
Fonte: Elaborado pela autora (2023).	

APÊNDICE M – Ficha Lexicográfico-Toponímica Irecê Bijoux

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
Localização: Centro.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Irecê Bijoux no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Irecê Bijoux no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Irecê Bijoux	
ETIMOLOGIA	
<p>“Corr. <i>Y-recê</i>: pela água, à água tona d’água; à mercê da corrente. Nome que propus para um município novo, no sertão de Jacobina, de referência à chamada Vereda Rômão Gramacho, leito temporário do rio do Jacaré, afluente da direita do São Francisco, que banha as terras desse município. É usado como nome de mulher. Bahia” (SAMPAIO, 1987, p. 253).</p>	
TAXEONOMIA Hidrotopônimo	
INFORMAÇÃO:	
<p>Nome fantasia: Irecê bijoux. Atividade: Comércio varejista de artigo de armarinho. Início de atividade: 17/10/12. Endereço: Praça do Centenário, N. 660, Centro; Porto Nacional (TO), CEP: 77500000 Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional . 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE N – Ficha Lexicográfico-Toponímica Moto Peças Araguaia

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Setor Jardim Brasília.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Moto Peças Araguaia no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Moto Peças Araguaia no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Moto Peças Araguaia	
ETIMOLOGIA <p>“Araguary: s. Rio do vale dos papagaios” (BUENO, 2013, p. 56). “Araguaya: s. c. <i>Ará-guaya</i>, os papagaios mansos” (SAMPAIO, 1987, p. 198).</p>	
TAXEONOMIA Animatopônimo	
INFORMAÇÃO:	
<p>Nome fantasia: Moto peças Araguaia. Atividade: Serviços de borracharia para veículos automotores. Início de atividade: não identificado. Endereço: Av. Eng. Luíz Cruls, 831; Setor Jardim Brasília; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000, Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
<p>SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. BUENO, Silveira. Vocabulário tupi-guarani português. 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE O – Ficha Lexicográfico-Toponímica Peixaria Araguaia

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
Localização: Porto Imperial.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Peixaria Araguaia no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Peixaria Araguaia no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Peixaria Araguaia	
ETIMOLOGIA “ <i>Araguary</i> : s. Rio do vale dos papagaios” (BUENO, 2013, p. 56). “ <i>Araguaya</i> : s. c. Ará-guaya, os papagaios mansos” (SAMPAIO, 1987, p. 198).	
TAXEONOMIA Animatopônimo	
INFORMAÇÃO:	
Nome fantasia: Peixaria Araguaia. Atividade: Comércio varejista de carne e açougue. Início de atividade: 02/09/2019. Endereço: R. Aires Joca, N. 537; Porto Imperial, Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).	
FONTES DE PESQUISA:	
SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional . 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. BUENO, Silveira. Vocabulário tupi-guarani português . 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.	
Fonte: Elaborado pela autora (2023).	

APÊNDICE P – Ficha Lexicográfico-Toponímica Supermercado Açaí

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Novo Planalto.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Supermercado Açaí no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Foto tirada pela autora (2023).</p>
TOPÔNIMO Supermercado Açaí	
ETIMOLOGIA	
<p>“S. Nome de uma palmeira de cujo fruto se fazem refresco” (BUENO, 2013, p. 30). “Assaí: Am. Esp. De palmeira da subfamília das ceroxilíneas, cujo fruto é comestível e fornece uma bebida fermentada muito apreciada” (TIBIRIÇA. 2000, p. 68).</p>	
TAXEONOMIA:	
Fitotopônimo	
Informação:	
<p>Nome fantasia: Supermercado Açaí. Atividade: Comércio Varejista de mercearia em geral, com predomínio no ramo alimentício. Início de atividade: 04/11/2011. Endereço: Av. Maceió; Setor Novo Planalto; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
Fontes de pesquisa:	
<p>BUENO, Silveira. Vocabulário tupi-guarani português. 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013. TIBIRIÇA, Luiz Caldas. Dicionário Tupi-Português. 2. Ed. Traço Editora. 2000.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE Q – Ficha Lexicográfico-Toponímica Supermercado Potiguá

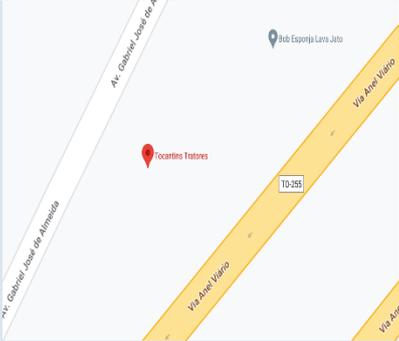
TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
Localização: Novo Planalto.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Supermercado Potiguá no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Supermercado Potiguá no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Supermercado Potiguá	
ETIMOLOGIA	
<p>“<i>Potiguara</i>: s.c. <i>Potí-guara</i>, o comedor de excrementos. V. <i>Poty</i>. Tomado, porém, como corrupção de <i>potin-guara</i> ou <i>poti-guara</i> significa comedor de camarões. V. <i>Potim</i>. Nome atribuído um gênio da Paraíba, famoso nas guerras da conquista, no século XVI. O nome <i>Potiguara</i>, da primeira versão, se usado naqueles tempos, explica-se por ser costume, entre os gentios, chamarem seus contrários por nomes injuriosos. Alt. <i>Potiguar</i>” (SAMPAIO, 1987, p. 306).</p> <p>“<i>Potiguar</i>: Neol. Natural do Rio Grande do Norte” (TIBIRIÇA, 2000, p. 163).</p> <p>“<i>Potiguara</i>: Etinol. Tribo indígena que habitou outrora no Rio Grande do Norte”. (TIBIRIÇA, 2000, p. 163).</p>	
TAXEONOMIA Etnotopônimo	
INFORMAÇÃO	
<p>Nome fantasia: supermercado Potiguá. Atividade: Comércio varejista de produtos alimentícios. Início de atividade: 15/09/2020. Endereço: Avenida Recife, N. 182, Setor Novo Planalto; Porto Nacional (TO); CEP: 77500000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
<p>SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. Dicionário Tupi-Português. 2. ed. Traço Editora. 2000.</p>	
Fonte: Elaborado pela autora (2023).	

APÊNDICE R – Ficha Lexicográfico-Toponímica Tatu Gás

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
Localização: Setor Nacional.	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Tatu Gás no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Fonte: Tatu Gás no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO Tatu Gás	
ETIMOLOGIA	
<p>“S. Casco encorpado, encouraçado. Nome geral das várias espécies de mamíferos da ordem dos desipodídeos” (BUENO, 2013. p. 340). “Tatú: c. <i>Ta-tú</i>, o casco encorpado, ou grosso, couraça. Batista Caetano. (<i>Dasytus</i>)” (SAMPAIO, 1987, p. 326).</p>	
TAXEONOMIA Zootopônimo	
INFORMAÇÃO	
<p>Nome fantasia: Tatu Gás. Atividade: Comércio varejista de gás. Início de atividade: 11/07/2011. Endereço: Rua Contorno; Bairro: Setor Nacional; Porto Nacional (TO); CEP: 77500000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
<p>SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987. BUENO, Silveira. Vocabulário tupi-guarani português. 8. ed. São Paulo: Vidalivros, 2013.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE R – Ficha lexicográfico-Toponímica Tocantins Tratores

TOPÔNIMO COMERCIAL INDÍGENA	
LOCALIZAÇÃO: Setor Nacional	
IMAGEM NO MAPA	FOTO DO ESTABELECIMENTO
 <p>Fonte: Tocantins Tratores no <i>Google Maps</i>.</p>	 <p>Tocantins Tratores no <i>Google Maps</i>.</p>
TOPÔNIMO	
Tocantins Tratores	
ETIMOLOGIA	
“ <i>Tucantim</i> : c. <i>Tucan-tim</i> , nariz de tucano. Nome de um gentio que deu o seu apelido ao rio. Pará, Goiás. Alt. <i>Tocantim</i> ” (SAMPAIO, 1987, p. 333).	
TAXEONOMIA	
Zootopônimo	
INFORMAÇÃO	
<p>Nome fantasia: Tocantins Tratores. Atividade: Comércio atacadista máquinas e equipamentos para o uso do agro. Início de atividade: 04/05/2011. Endereço: Avenida Gabriel Jose De Almeida, N. 500; Setor Aeroporto; Porto Nacional (TO); CEP: 77500-000. Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Nacional (2022).</p>	
FONTES DE PESQUISA:	
SAMPAIO, Teodoro. O tupi na geografia nacional . 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.	
Fonte: Elaborado pela autora (2023).	